



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA



---

# **EDUCAÇÃO E CIDADANIA PLENA: UM PROJETO BRASILEIRO**

---

**DIRETRIZES PARA  
UM NOVO BRASIL**

**7**

**Educação e  
Cidadania Plena:  
Um Projeto Brasileiro**

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

Educação e cidadania plena: um projeto brasileiro (discursos presidenciais). — Brasília, Presidência da República, 1991.

97p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 7).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I.  
Título. II. Série.

CDD 320.981

**Presidente Fernando Collor**

**Educação e  
Cidadania Plena:  
Um Projeto Brasileiro**

**Discursos Presidenciais**

**Presidência da República**

Fernando Collor  
Presidente da República

Itamar Franco  
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa  
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

## Sumário

ENTREVISTA AO JORNALISTA WERNER THOMAS, DO JORNAL <i>DIE WELT</i> , NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 1990.....	7
ENTREVISTA À JORNALISTA CRISTINA LAMB, DO JORNAL <i>FINANCIAL TIMES</i> , NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 1990.....	19
VI REUNIÃO MINISTERIAL: 180 DIAS DE GOVERNO .....	30
LANÇAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E CIDADANIA.....	46
ENTREVISTA AO JORNALISTA ETEVALDO DIAS, DO JORNAL <i>DO BRASIL</i> , NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 1990.....	51
ENTREVISTA AO JORNALISTA ALON FEUERWEKER, DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i> , NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 1990.....	65
ENTREVISTA À RÁDIO DEUTSCHE WELLE, DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1990 .....	79
ENTREVISTA AO JORNALISTA THOMAS KAMM, DO <i>THE WALL STREET JOURNAL</i> , NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 1990.....	82



## Entrevista ao Jornalista Werner Thomas, do Jornal *Die Welt*, no dia 4 de Setembro de 1990

*Jornalista: Gostaria de saber se o senhor tem prazer no seu trabalho. O senhor está no cargo há cinco meses. Nesse período o que o senhor considera que já alcançou, como avalia a situação, qual é o balanço que tiraria desses cinco meses. Há alguma diferença entre o Brasil de agora e o de antes?*

*Presidente:* Inicialmente, gostaria de dizer que me sinto muito bem e muito à vontade no exercício dessa função tão honrosa de presidir um país como o Brasil. Nesses primeiros cinco meses de governo, nós promovemos mudanças profundas, abrangentes, em todos os setores da vida nacional. Recebemos o País com uma inflação de quase 90% ao mês, com a previsão de um déficit orçamentário de 9% do PIB para este ano, com uma economia totalmente desorganizada e um excesso de regulamentação da economia, de um excesso de interferência do Estado na atividade econômica, enfim, de uma estrutura administrativa inteiramente corrompida, gigantesca e ineficiente. Hoje, cinco meses depois, vivemos, sem dúvida alguma, um novo instante da vida nacional.

A inflação cai consistentemente, porque nosso programa de ajuste econômico, o mais rigoroso já aplicado, em qualquer

economia ocidental — e diferentemente de outros programas executados no Brasil, que congelavam os preços — combate a inflação mantendo uma política de liberalização de preços inédita no País. Ao mesmo tempo em que estabelecemos uma nova política industrial, uma nova política de comércio exterior e uma nova política para o setor agrícola, conseguimos que a inflação caísse de cerca de 90% ao mês para pouco mais de 9% e que o déficit orçamentário, estimado de 9% do PIB, passasse para um superávit de 1,22%. A política monetária tem sido extremamente rígida, a política fiscal vem sendo exemplarmente aplicada, a reforma administrativa, a reforma patrimonial, a privatização, tudo isso significa uma avalanche de medidas e de sucessos que estamos alcançando. Mas, sem dúvida, ainda é muito pouco diante do que desejamos.

Os nossos objetivos, no final desse período de cinco anos de governo, são os de recuperar a confiança do brasileiro no futuro do País e restaurar a credibilidade do Brasil no exterior, demonstrando aos países amigos que o Brasil marcha decisivamente para o ingresso na era moderna, para se fazer presente nesse novo mundo que está sendo criado pela força da democracia. Queremos dizer ao mundo que somos bons parceiros, e que nós saberemos, daqui para frente, honrar todos os nossos compromissos internacionais.

---

«Luto por um ideal.»

---

*Jornalista: O senhor tinha imaginado que o exercício dessa função seria tão difícil?*

*Presidente: Quando éramos pequenos, meu pai nos dizia: «Olhem, eu tenho pena de vocês». E perguntávamos: «Por que papai?» E ele respondia: «Porque eu lutei com dificuldades, e vocês estão lutando com facilidades». E complementava: «As dificuldades ensinam e fortalecem, as facilidades enfraquecem e de-*

sestimulam». E quanto mais ele dizia isso, mais endurecia na nossa educação e mais exigia de cada um de nós. De modo que, desde cedo, aprendi a conviver com desafios. Não propriamente com dificuldades, no termo estrito da palavra, mas no sentido lato, com desafios. De modo que eu tinha a noção do enorme desafio que era governar um país, nas circunstâncias em que estou governando. Mas esse desafio em nenhum instante me intimida. A cada novo desafio ganho mais forças e mais gana para superá-lo e vencê-lo, porque tenho do meu lado um ideal. Luto por um ideal, diferentemente de outros que têm essa sua luta enfraquecida porque estão lutando por interesses pessoais ou localizados. Em nome desse ideal, da construção desse novo Brasil é que estamos lutando e superando os desafios.

---

## O Novo Brasil

---

*Jornalista: Como o senhor vê o Brasil novo, o que significa?*

*Presidente:* O Brasil novo significa, em primeiro lugar, um país que saberá recuperar a confiança de sua sociedade em seu futuro. Era fundamental elevar o moral da Pátria, da Nação brasileira. Éramos uma nação sem moeda — porque com a inflação a 90% ao mês a moeda não existe —, um país sem um governo respeitado, sem instituições respeitadas, enfim, não poderia ser considerado o país dos nossos sonhos. Então, fundamentalmente o que tínhamos que fazer era isso. E é esse o Brasil novo, um Brasil que vê restaurada a autoridade, que recupera a sua confiança e percebe que se reorganiza a economia. Um povo, enfim, que começa a perceber com clareza que o caminho que escolheu é o caminho mais acertado. Este caminho não foi escolhido por mim, solitariamente, mas foi escolhido em duas oportunidades, nas duas eleições do ano passado, pela população brasileira, que optou, referendou e ratificou esse programa de governo. Cabe a nós agora, como delegados do povo, implementar esse Plano de governo.

---

## Desafios

---

*Jornalista: Quais são os outros grandes problemas que ainda estão pela frente?*

*Presidente:* Fundamentalmente, a questão social, que precisa ser atacada. Nós não poderíamos ter uma política social se não providenciássemos os recursos necessários para fazer face às demandas sociais da população brasileira. Os indicadores sociais do Brasil são extremamente inquietantes: analfabetismo, mortalidade infantil, endemias rurais, falta de habitação, ausência de saneamento básico, de transporte urbano, de segurança pública. São problemas que nos deixam extremamente preocupados. Mas, dentro da reformulação do papel do Estado, dentro desse redimensionamento do Estado brasileiro, já estamos conseguindo alguns recursos para atender, pelo menos numa fase emergencial, a essas demandas. Muito mais recursos, contudo, serão necessários.

Há poucas semanas lançamos um projeto chamado «Ministério da Criança», extremamente interessante. Não há um ministério propriamente dito, mas simboliza a necessidade de que todos os ministérios trabalhem em função da criança e do adolescente. Todos têm que ter a sua atenção voltada prioritariamente para a criança e o adolescente. Prevemos, a partir de 1991, investimentos maciços na área social, capitaneados por esse projeto «Ministério da Criança», de modo que se possa ter como resultado palpável, visível, desta grande reforma econômica, um grande volume de recursos a ser canalizado para o atendimento das questões sociais.

Basicamente é isso o que nos falta, ao lado da consolidação das medidas já adotadas nesses primeiros cinco meses.

*Jornalista: O senhor acredita que os problemas econômicos sejam de mais fácil solução do que os problemas sociais?*

*Presidente:* Se eu pudesse resolver os problemas sociais com fórmulas ou teorias econômicas, acho que tanto um quanto outro seriam solucionados rapidamente.

---

## Economia

---

*Jornalista:* O senhor acredita que possa resolver os problemas sociais através do modelo da economia de mercado?

*Presidente:* Sem dúvida. Somente com o modelo da economia de mercado é que poderemos resolver os problemas sociais. Temos um governo que obedece à tônica liberal no que diz respeito à questão econômica, mas é também um governo que tem forte conotação social, que tem mais do que uma preocupação, tem um compromisso social. A resultante de todas essas reformas que estamos promovendo é exatamente fazer com que o direito do cidadão seja respeitado, que o seu direito à vida seja respeitado, que a infância e a adolescência possam ser protegidas pelas mãos do Estado até o momento em que o adolescente ganhe a idade para se desenvolver sozinho e ingressar no mercado de trabalho, e assim por diante. Essa é nossa preocupação maior, e é nesse campo que irão desaguar todos os resultados positivos do programa de ajuste econômico no Brasil.

---

## A Questão Social

---

*Jornalista:* O senhor acredita que o problema dos dois brasis, a divisão entre o Nordeste pobre e o Sul rico possa ser solucionado nesses cinco anos? Ou seja, é uma meta do seu tempo de Presidência fazer uma ponte e conseguir vencer essa diferença?

*Presidente:* Estamos implementando agora um programa de desenvolvimento para o Nordeste, que vai até o ano 2000. Daí,

de início, achar que, pelo menos 10 anos, serão necessários para que possamos incluir o Nordeste no contexto nacional. É um problema que vem perdurando por anos e anos, com erros e mais erros acumulados. Sinceramente, não será num período de cinco anos que nós iremos equacioná-lo, mas sem dúvida nenhuma será um período em que poderemos fincar as estacas que irão condicionar o comportamento de futuros governos em relação ao Nordeste.

Hoje não podemos separar o Brasil apenas em Nordeste pobre e Sul rico. Mesmo no Sul existem dois brasis. Em São Paulo, por exemplo, existem dois brasis. No Rio também. O lado miserável de São Paulo reflete os equívocos dos modelos econômicos anteriores, que concentraram demasiadamente a renda, que estimularam demasiadamente a especulação financeira, em detrimento da produção, e que nos legaram uma multidão de brasileiros marginalizados. A questão social no Brasil é muito mais séria do que as aparências indicam, e temos que fazer um esforço sobre-humano para conseguir, quando muito, reduzir a níveis aceitáveis esses indicadores sociais profundamente inquietantes.

*Jornalista: O senhor acredita que os problemas sociais do Brasil sejam passíveis de uma solução sem que se faça um controle familiar? Sei que esse assunto é extremamente controverso não só no Brasil como em todos os países da América do Sul.*

*Presidente: Não sei se a pobreza que hoje atinge grande parte da população é causada pela questão da natalidade. Acho que não; acho que hoje no Brasil existe miséria não porque existe muita gente, mas pelos equívocos de governos passados, que nas suas diretrizes não deram a devida atenção ao homem.*

No Brasil o poder sempre foi exercido como uma forma de fortalecimento do Estado. E cada vez que se pensava em fortalecer o Estado, enfraquecia-se a sociedade, enfraquecia-se o cidadão. Nosso governo muda esse enfoque e exerce o poder para fortalecer a cidadania e a sociedade, não o Estado. A partir dessa concepção é que estamos tomando essas atitudes no campo econômico, que vão se refletir em melhores condições sociais em função dos recursos de que dispusermos para isso.

---

## Meio Ambiente

---

*Jornalista: Vejamos agora o problema do meio ambiente, o problema da Amazônia. O seu antecessor disse que não era um problema para os estrangeiros, que era apenas dos brasileiros. O senhor acha que há uma espécie de intrometimento quando os estrangeiros falam e se preocupam com a Amazônia?*

*Presidente:* Acho que a questão ecológica não deve ser somente dos brasileiros nem dos alemães. A questão ecológica é uma preocupação planetária, mundial. Supor que uma opinião estrangeira sobre a questão do meio ambiente representa uma interferência na soberania, é, a meu ver, uma síndrome colonialista, a de considerar que a presença do estrangeiro se dá sempre no sentido de invadir, de se intrometer, de retirar as nossas riquezas, de ferir a nossa soberania. Essa fase nós já passamos, já deixamos atrás há cerca de 200 anos. Nosso governo não entende isso como uma interferência indevida, desde que naturalmente feita como determinam as regras da civilidade, da mesma forma que, eventualmente, podemos falar sobre desastres ecológicos que ocorram na Europa ou nos Estados Unidos. Agora mesmo o Secretário do Meio Ambiente do meu Governo, o Prof. Lutzenberger, encaminhou um ofício ao Secretário de Meio Ambiente do Canadá, reclamando do fato de se ter permitido a poluição numa baía canadense, mas sempre numa linguagem respeitosa, no sentido de colaborar, de cooperar.

Temos que retirar da discussão ecológica esse maniqueísmo de posições acusatórias. «O país tal é culpado!» Aí o país acusado diz que o outro é que é o culpado. Essas discussões são absolutamente estéreis. Temos que deixar de lado os discursos e essa retórica excludente, e partir para o entendimento. Vamos nos sentar todos a uma mesa e discutir de que maneira cada um pode ajudar o outro na solução das questões ambientais. Essa é que é a visão do meu governo.

Em 1992, por exemplo, o Brasil vai sediar a Conferência de Desenvolvimento e Meio Ambiente. É uma conferência promo-

vida pela ONU, e o Brasil foi escolhido para sediá-la. Nessa minha recente viagem ao exterior já tive a oportunidade de formular convites aos Chefes de Estado e de Governo com os quais me avistei para que viessem ao Brasil em 1992, para que pudéssemos discutir, em nível elevado, essa questão. Muitos deles aceitaram e essa, quem sabe, será uma boa oportunidade para nos aprofundarmos um pouco mais na discussão desses temas.

Meu compromisso com esse mundo não é o compromisso de um governo, é o compromisso da minha geração. Nossa geração recebeu um mundo em vias de destruição.

Tenho o compromisso, portanto, de, no fim desse meu período de governo, fazer com que o Brasil dê um exemplo no que diz respeito à defesa dos seus ecossistemas.

A Amazônia, por exemplo, tem 400 milhões de hectares de florestas, dos quais 40 milhões já foram destruídos. A cada ano estavam sendo devastados 4 milhões de hectares. Tínhamos que impedir isso e estamos impedindo. Nós não podíamos absolutamente permitir que a situação continuasse como se encontrava.

Temos procurado agir de uma maneira muito rigorosa e já chegamos a alguns resultados. Há duas ou três semanas, quando estive no sul do Pará, decidimos pela aprovação de um projeto da Companhia Vale do Rio Doce, envolvendo capitais privados e capitais do Estado, para reflorestar 250 quilômetros de florestas que foram colocadas abaixo. Nós estamos agora reflorestando essa região.

Há um equívoco, quando dizem que a Amazônia é o pulmão do mundo ou um dos pulmões do mundo, juntamente com a floresta soviética. Não é o pulmão. A importância da Amazônia não vem do oxigênio que ela fornece para o restante do mundo, mas se dá em função do clima que ela regula. Se não fosse a Amazônia, por exemplo, a Alemanha e o Norte da Europa teriam um clima como o do outro lado do globo, que no mesmo meridiano é a Groenlândia. Então, o que faz com que o clima no Norte da Europa se mantenha como está são as correntes de calor emanadas da Floresta Amazônica. É por isso que verificamos que no Norte da Europa a preocupação com a Floresta Amazônica é maior do que em outros países.

*Jornalista: O senhor conhece a Alemanha?*

*Presidente: Conheço, além de ser descendente de alemães. O meu bisavô era 100% alemão, ele não falava português.*

*Jornalista: De onde ele era?*

*Presidente: da Alsácia, família Bekel.*

*Jornalista: O senhor fala alemão?*

*Presidente: Não, mas meus filhos falam. Eu entendo alguma coisa, mas os meus dois filhos falam alemão. Dentro do tema que conversávamos, a Alemanha é interessante porque, dos países europeus, é o que tem maior número de florestas, devido ao fato de ter sido lá onde a aristocracia mais demorou a cair, a ser apeada do poder. Então, os nobres alemães evitavam que os lenhadores cortassem florestas não pela preocupação ecológica, mas para manter o *hobby* de caçadas nos finais de semana. Isso é muito interessante. Graças a um *hobby*, hoje a Alemanha detém uma extensão de florestas maior do que qualquer outro país da Europa.*

---

### Relações com a Alemanha

---

*Jornalista: O senhor está satisfeito com o apoio, com a ajuda alemã? O senhor está satisfeito com o Ministro do Meio Ambiente alemão?*

*Presidente: Muito, muito. Particularmente, tenho um apreço muito grande pelo Chanceler Helmut Kohl. Acho que ele vem cumprindo um papel histórico, não somente para a Alemanha, na busca de sua unidade, mas também para o restante do mundo. Tenho por ele uma grande admiração e sei que ele tem pelo Brasil, também, uma consideração muito especial. As relações Brasil-Alemanha sempre foram muito boas. Afinal de contas, o*

segundo parque industrial alemão depois da Alemanha está instalado aqui no Brasil. Isso dá a dimensão do que seja o nosso relacionamento. Quando pessoas manifestam-me que com os eventos da Europa do Leste, a Alemanha buscando a sua unidade, não haveria mais investimentos no Brasil, sempre procuro tranquilizá-las dizendo que os compromissos e os interesses que ligam Brasil e Alemanha são muito maiores do que qualquer evento que venha a ocorrer, como esse da Europa do Leste. Não se pode desconhecer que esses investimentos alemães feitos no Brasil nos ajudaram muito a promover o nosso desenvolvimento. E nós queremos ampliar esses investimentos, criar melhores condições para que continuem a ocorrer em volumes crescentes de modo a que possamos ter as vantagens recíprocas desse intercâmbio comercial.

---

### Programa Nuclear

---

*Jornalista: O acordo sobre geração de energia nuclear entre Brasil e Alemanha terá uma continuidade? De modo geral, o senhor acha que a energia nuclear seria importante para o Brasil?*

*Presidente:* Na minha cabeça essa questão da energia nuclear não funciona muito bem. Dizem: «O Brasil precisa de energia nuclear porque no ano 2050 ou 2100 vai precisar de energia». Mas no ano 2050 a gente vai estar comprando disquete de energia na papelaria. Tenho muita confiança de que o governo alemão, em função do que ocorre hoje no Golfo, venha também a repensar essa questão da colaboração com outros países no campo da energia nuclear. Isso tudo tem que ser repensado. A modernidade que nós estamos pregando não se coaduna com essa preocupação armamentista, preocupação de jogar bilhões de dólares num projeto. O Brasil, com tantos recursos naturais, podendo conciliar a busca da energia com a questão ecológica com o sol que ele tem o ano inteiro...

*Jornalista: O senhor acredita que o Brasil possa continuar avançando sem usar a energia atômica?*

*Presidente:* Claro que sim, e sem dificuldades. Acho que temos que buscar outras formas de energia menos predatórias. Quando a gente vê aquelas usinas atômicas, o episódio de Chernobyl... Meu Deus do céu, que coisa mais absurda! Para mim como pessoa, como cidadão, isso é algo que questiono. Acho que é possível, com os avanços tecnológicos que estamos alcançando, descobrir novas fontes energéticas que não sejam atômicas. Deve haver alguma coisa mais inteligente, alguma coisa que se coadune mais com a vida do que um arsenal atômico para fornecimento de energia, que significa uma ameaça permanente ao cidadão, ao ser humano, à nossa fauna, à nossa flora, ao planeta.

---

### América Latina

---

*Jornalista: O senhor está fazendo um governo extremamente dinâmico. O senhor acredita que o Brasil, no futuro, vá assumir um papel na América Latina que corresponda ao seu tamanho e à sua importância?*

*Presidente:* O Brasil não tem nenhuma pretensão, absolutamente, de desempenhar papel hegemônico em suas relações com a América Latina, ou com qualquer parte do mundo. O desejo do Governo brasileiro, e o papel histórico que o País tem a cumprir, é o de seguir a sua trajetória de um país pacífico, de um país que quer a paz, de um país que quer a solidariedade entre os homens, de um país que deseja, sempre quando chamado a intermediar conflitos existentes entre nações, fazê-lo no sentido positivo, no de buscar uma solução pacífica para questões belicosas. Enfim, é esse o desejo do Brasil, o de viver num mundo de paz, de viver num mundo não conflagrado, num mundo em que a soberania dos Estados seja respeitada, onde o Conselho de Segurança da ONU não precise se reunir a cada semana para

tomar alguma decisão contra algum país que tenha assinado a carta de constituição da Organização. Fundamentalmente um país de paz, de prosperidade, de solidariedade. É isso que o Brasil deseja.

*Entrevista concedida ao jornalista  
Werner Thomas, do jornal alemão Die Welt, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF, no dia 4 de setembro de 1990.*

## Entrevista à Jornalista Cristina Lamb, do Jornal *Financial Times*, no dia 4 de Setembro de 1990

*Jornalista: O senhor deseja que seu Plano dê certo aqui dentro do Brasil, mas acho que muitas pessoas não querem a mesma coisa, existem muitas dúvidas sobre isto, parece que há mais entusiasmo lá fora do Brasil do que aqui dentro.*

*Presidente: Se nos utilizarmos das pesquisas de opinião que são feitas no Brasil, para sabermos se o Governo é popular ou não, se o Plano do Governo tem o apoio da sociedade ou não, chegaremos à conclusão de que sim, o Governo é popular, o Plano econômico tem a aprovação da maioria absoluta da população brasileira.*

Me parece que depois de amanhã será divulgada uma nova pesquisa nacional de avaliação do desempenho do Governo, e esses índices, esses números, falam por si só com muita clareza ratificando o que eu acabo de lhe informar. É claro que com um programa econômico da abrangência do nosso, com a profundidade que ele teve, com a contrariedade que ele trouxe a diversos interesses, exista uma parcela da população — aquela que detinha privilégios e os perdeu — que se manifeste contra ele.

Quem são esses que perderam os seus privilégios? São aqueles a quem eu chamo de selvagens, que existem tanto no empresariado, o chamado «capitalismo selvagem» — que perdeu parte dos privilégios que tinha junto ao Estado brasileiro — quanto do outro lado, o sindicalismo selvagem, representado por aqueles líderes sindicais que representam o corporativismo insano e que tinha na inflação, na desordem econômica, na falta de responsabilidade das autoridades brasileiras, o caldo de cultura ideal para que eles prosperassem com as suas mensagens anacrônicas e dissociadas dos reais objetivos do Brasil.

São esses dois pólos que, na verdade, estão sendo atingidos por nosso programa econômico. Eles tinham mesmo que ser atingidos, porque eles estavam torcendo para que o Brasil permanecesse naquele estágio de desorganização total, com consequências dramáticas na economia e na área social. Quando eles constatarem essa reversão de expectativas, eles se sentem incomodados, se sentem inseguros. Assim vê-se que está muito localizada a reação contra o Plano; a reação vem de pessoas cujos interesses foram contrariados, interesses esses que não representam o da maioria do povo brasileiro, nem o interesse público.

---

## Reforma Econômica

---

*Jornalista: Como o Presidente vai derrubar esses interesses?*

*Presidente:* Já estamos derrubando todos esses interesses, todos esses cartórios, todos esses lixos de privilégios, um a um, diariamente. O que desejo é que o Brasil se transforme num país do Primeiro Mundo, e para que ingresse no Primeiro Mundo, o Brasil precisa adquirir características primeiro-mundistas, precisa não somente desejar ingressar no Primeiro Mundo, mas ele precisa ser um país com as credenciais indispensáveis para esse ingresso.

Que credenciais são estas? As credenciais são: primeiro, a organização econômica, o controle absoluto da inflação. Nós

tínhamos uma inflação de 90% ao mês, estamos hoje com taxas por volta de 10%, ainda elevadas, precisamos reduzi-las. Precisamos, de um orçamento equilibrado, precisamos de superávits crescentes na balança comercial, no nosso *budget* operacional, para dispor de recursos para fazer face às demandas na área social; um país que se abra à competitividade; um país que se abra para o mundo; um país que não tenha receio de competir, porque é a competitividade que vai gerar a eficiência, que vai gerar produtos de melhor qualidade a um menor preço; um Brasil que possa ter um crescimento auto-sustentado com base no aumento da produtividade de seu parque industrial; um país que tenha as suas contas regularizadas, que seja um parceiro confiável por parte da comunidade financeira internacional; um país, enfim, que redimensione o papel do Estado na economia, que não permita mais que o Estado seja interventor, que seja gigantesco e ineficiente. É isso que estamos fazendo e vamos continuar a fazer: redimensionar o papel do Estado na economia, redefinir seu papel, deixá-lo mais enxuto, mais ágil, mais eficiente e capaz de prestar os serviços públicos esperados pela sociedade.

Enfim, um país que deixe as forças do mercado caminharem, transitarem livremente; onde haja poucas regras, mas claras, bem definidas e estáveis, para que a atividade econômica possa se desenvolver sem empecilhos. Este é o Brasil que propomos, um Brasil que enfrente com sucesso as questões sociais, pelo uso dos recursos que disporá a partir do sucesso de todas essas reformas que hoje estamos realizando.

---

### Nova Percepção da Realidade

---

*Jornalista: Como o Presidente descreve o Plano? É uma revolução cultural ou só econômica?*

*Presidente: É uma revolução econômica e cultural. De um lado, não se tem registro nos compêndios econômicos de nenhum pla-*

no de ajuste econômico mais rigoroso do que este; e de outro é, sem dúvida, uma mudança fundamental nos hábitos e costumes do povo brasileiro, ou seja, uma mudança cultural.

Para mudar essa cultura, tínhamos que nos utilizar não somente das palavras, dos recursos, da retórica. Nós tínhamos que nos valer do exemplo, e é exatamente isto que o Governo vem fazendo, dando o exemplo. Muito mais do que discurso, do que promessa, do que retórica, o Governo oferece à sociedade brasileira o seu exemplo. E esse exemplo está permeando todos os segmentos da sociedade brasileira de uma forma positiva, a ponto de hoje nós, cinco meses após a posse, já sentirmos de uma forma palpável que já começa a haver essa mudança de mentalidade, ou seja, o Brasil, o brasileiro hoje encara o futuro da sua pátria de uma maneira diferente do que há cinco meses; ele encara hoje as instituições de uma maneira diferente e se sente um pouco responsável pela condução dos destinos do País, sente-se mais orgulhoso e mais seguro, apesar das dificuldades pelas quais ainda estamos passando. Sente-se mais seguro porque vê que o caminho que escolhemos — e que foi aprovado nas urnas — é o caminho correto, é o caminho que vai nos levar ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, sempre acompanhado da justiça social.

---

### Crise no Golfo Pérsico

---

*Jornalista: O Presidente está muito preocupado com a crise no Golfo Pérsico?*

*Presidente:* Sem dúvida, eu acho que essa é uma preocupação que acomete a todos nós nesse instante, até porque ela ocorre num instante de construção democrática, de desarmamento de espíritos. Ela ocorre, coincidentemente, com o final da guerra fria; com a aproximação das duas potências, das duas maiores potências do planeta; ela ocorre, quando os muros da intransigência vêm sendo derrubados. Então surge no mínimo, como algo inesperado, que não poderíamos imaginar que ocorresse

num clima como esse de redenção democrática, de aproximação entre os povos, de solidariedade entre governos, que eram, meses atrás, antagônicos, trata-se de fato lamentável, o que presenciemos no Golfo Pérsico. É uma ameaça política, é uma ameaça econômica, é uma ameaça institucional para o equilíbrio mundial. Eu espero, no entanto, que o bom-senso venha a prevalecer, e que esse conflito seja resolvido em torno de uma mesa de negociações e não com canhões e com carros de combate, colocando em risco milhares e milhares de vidas humanas, sem nenhuma necessidade.

*Jornalista: E o efeito econômico para o Brasil?*

*Presidente:* O efeito econômico, não somente para o Brasil, mas para todo o mundo, pode ser desastroso se os preços do petróleo ultrapassarem patamares aceitáveis. O preço do petróleo caiu nas últimas semanas, em função do arrefecimento das tensões no Golfo Pérsico, mas pode subir, e subindo, terá um impacto desastroso por exemplo na Europa, onde há países nos quais o petróleo representa 40, 50% de suas matrizes energéticas. No Brasil o impacto percentual sobre a matriz energética seria de 15% mas de qualquer maneira, devido à fragilidade do momento por que o Brasil atravessa um eventual aumento teria um impacto muito negativo. Enfim, os efeitos podem ser muito danosos.

---

### Dívida Externa

---

*Jornalista: Em quanto tempo o Brasil pretende, ou não, recomençar a pagar a dívida externa?*

*Presidente:* O Brasil está disposto a negociar. Veja bem, houve sempre uma discussão muito apaixonada da questão da dívida externa, tanto por parte dos banqueiros como por parte dos governos brasileiros. Quando assumi, eu resolvi redimensionar essa discussão. Toda essa questão da dívida externa se resume a

um ponto somente: a alguém que deve e a alguém que tem que receber essa conta. O que é que tem que ser feito? Sentar à mesa e discutir. Aquele que está devendo deve fazer o possível na negociação para pagar o mínimo possível de juros e ter o maior prazo possível para pagar a dívida. Esse é o papel de quem deve. O devedor se não agir assim, não está agindo de uma maneira lógica e defendendo os seus interesses. Do outro lado, daquele que tem a receber, espera-se que faça o possível para cobrar o juro mais alto, e receber num prazo mais curto possível; se ele não estiver agindo assim, também não estará agindo de acordo com as suas atribuições, com o mandato que receberam os diretores do banco dos seus acionistas. Então há um largo espaço para negociar; senta-se à mesa, e busca-se alcançar um denominador comum.

A missão do Fundo Monetário Internacional passou pelo Brasil, ficou aqui um mês; voltou a Washington há alguns dias. O presidente do Banco Central segue em breve para Washington onde continuará a negociação. De modo que está tudo se encaminhando rigorosamente dentro do que se espera. O Brasil não deseja o confronto, não tem uma política de confronto. Ao contrário, se o Brasil quer se inserir no Primeiro Mundo, se o Brasil quer se mostrar um bom parceiro ele não pode em momento nenhum tomar uma posição unilateral. Dizer não pago a dívida seria uma brincadeira de criança; isso é algo de que não se cogita neste governo. O que se pretende, sim, é promover uma ampla negociação que nos traga vantagens; sem dúvida, queremos a melhor negociação possível para o Brasil. Queremos uma negociação, por exemplo, que não prejudique as nossas taxas de crescimento, que não nos retire as condições de continuar pagando a dívida.

Dentro do aspecto formal as coisas correm muito bem. A receita que aplicamos aqui, internamente, foi uma receita nossa, não veio o FMI, nem nenhum banqueiro, dizer o que é que devíamos fazer, até porque não poderíamos aceitar isso. O estilo deste governo é outro. Estamos implementando um programa econômico que o próprio Fundo Monetário Internacional não ousou sugerir a nenhum outro país do mundo. Essa é a nossa posição, e estou muito satisfeito com o rumo que as negociações estão tomando, muito confiante de que rapidamente

tenhamos a possibilidade de assinar o acordo da renegociação da nossa dívida externa.

*Jornalista: Existe a possibilidade de que o Brasil venha fazer um pagamento simbólico?*

*Presidente: Está se discutindo.*

*Jornalista: Existe a possibilidade de que o Brasil venha pagar este ano?*

*Presidente: Sim, esperamos que até o final deste ano possamos ter finalizado esses entendimentos e essa negociação.*

*Jornalista: Por que é importante para o Brasil ter acordo com o Fundo Monetário Internacional?*

*Presidente: Porque são as regras do jogo. Não podemos pretender fazer uma negociação sem a participação do Fundo Monetário Internacional. Primeiro porque somos signatários da Carta da Constituição do FMI, o que significa que nós próprios concordamos com que negociações desse tipo tenham que passar antes pelo Fundo, que é, junto com o Comitê Assessor da Dívida Externa, também um condutor desse processo de negociação entre devedores e credores. Então, esse é o caminho, fazer esses procedimentos com o FMI, e o Comitê Assessor para depois de termos regularizados esses pontos de discussão com essa instituição, podermos então levar a carta de intenções aos bancos credores.*

---

### Combate à Inflação

---

*Jornalista: Inicialmente, o Presidente disse que só teria uma bala para matar o tigre da inflação...*

*Presidente:* É verdade, essa bala foi direto ao alvo, acertou o tigre. Nós imaginávamos que o tigre tivesse uma capacidade de resistência menor, mas a bala deixou o tigre abatido, para morrer falta pouco. Apenas achamos que o tigre não ofereceria tanta resistência quanto vem oferecendo, e essa resistência, como disse no início da entrevista, vem exatamente desse resquício de cultura inflacionária, daqueles quistos de privilegiados que se acostumaram a viver com inflação alta, a só ganhar dinheiro com a inflação alta, e não com o trabalho.

O processo inflacionário é degenerativo da economia de mercado, porque retira do empresário, das pessoas envolvidas no processo produtivo, a vontade de competir, e a vontade de trabalhar, para com o seu trabalho retirar o seu lucro. Então, no momento em que uma escalada inflacionária, como a que tínhamos, oferecia ao empresário uma remuneração maior do que a que obteria trabalhando, ele investia tudo na especulação do mercado financeiro e não na produção, viciando o organismo com a ausência da competição. Como todo organismo viciado, precisa de tempo e oxigênio para que retornem os músculos, que readquiram condições de competir. É do tipo de gente que vai sempre ficar torcendo para que a inflação não caia rápido, para que tenha tempo de se acostumar, para que vá se adaptando. Essa é a resistência do tigre, representada exatamente por essa cultura inflacionária, remanescente ainda em alguns setores da economia brasileira.

---

### Competitividade

---

*Jornalista:* O senhor acha que a indústria brasileira está pronta para enfrentar a competição?

*Presidente:* Sem dúvida, o empresariado brasileiro é de muito boa qualidade, exceção feita a essa parcela à qual me referi, que vivia agarrada aos favores do Estado, que não queria competir. Retirando-se esses que são minoria, a grande massa do empresariado brasileiro é extremamente competitiva, extremamente ágil

e muito criativa. Com as nossas novas políticas industrial e de comércio exterior, não quisemos simplesmente jogá-los abruptamente à competição internacional, mas, sim, expô-los de uma forma gradativa a essa competição, de modo que eles possam ir também alegando novas tecnologias, melhorando a sua produtividade para se tornarem, se já não são, competitivos num prazo relativamente curto.

---

### Capital Estrangeiro

---

*Jornalista: Qual a importância do capital e do investimento estrangeiro dentro desse novo quadro desenhado pelo Governo brasileiro?*

*Presidente:* É fundamental. Acho que tanto o capital estrangeiro quanto o capital nacional serão sempre muito bem-vindos, obedecidos, naturalmente, os parâmetros estabelecidos em nossa Constituição. Nós desejamos preparar o Brasil para receber esses novos investimentos, estamos agora preparando o terreno para receber a semente do capitalismo com responsabilidade social. Estamos preparando o terreno, buscando estabelecer o equilíbrio das forças econômicas, ajustando a economia a parâmetros saudáveis, acabando com a inflação, vocacionando a mentalidade do nosso empresariado para a produção. Criando-se, enfim, um terreno fértil que, não tenho nenhuma dúvida, atraia aqueles que detêm capital e queiram se juntar a nós nesse esforço de fazer do Brasil um grande país exportador, não somente de matérias-primas, mas de produtos industrializados.

---

### Sistema Político

---

*Jornalista: Que tipo de sistema político, Presidente, o senhor gostaria para o Brasil?*

*Presidente:* Sou, por essência, parlamentarista. Acho que parlamentarismo é o sistema de governo mais moderno, o que melhor se adapta a um país que desfrute de estabilidade política. Nossa Constituição prevê, em 1993, a realização de uma revisão constitucional e de um plebiscito no qual a população se manifeste, a favor de um sistema parlamentarista ou presidencialista de governo. Esta será uma definição da sociedade brasileira.

*Jornalista:* *O senhor ambicionaria ser primeiro-ministro?*

*Presidente:* Minha preocupação, no momento, é em relação ao meu mandato. Vou me dedicar absolutamente a esse mandato, a fazer um bom trabalho, a cumprir todos os compromissos que eu assumi, e a fazer com que o Brasil reconquiste a confiança em si próprio, com que o brasileiro volte a ter orgulho de ser brasileiro.

*Jornalista:* *Existe alguma figura que tenha influenciado suas idéias?*

*Presidente:* Tenho uma admiração muito grande por Winston Churchill. Gosto muito da Senhora Thatcher, como de Kennedy, também, que teve um papel muito importante. Gorbachev, também, pelo papel extraordinário que vem desempenhando. Mas aquele em relação a quem eu sempre dediquei a maior admiração foi Winston Churchill.

*Jornalista:* *O que o senhor está fazendo agora é muito corajoso; não se sente um pouco vulnerável?*

*Presidente:* Olhe, eu adoro Brasília, porque gosto de espaço, de amplitude, e gosto muito de silêncio. Muito barulho me irrita, eu gosto muito de silêncio. Mas, conversando com um deputado aqui um dia, um deputado que não gosta de Brasília, ele me perguntou se gostava da cidade. Respondi-lhe que sim, que gostava muito, que adorava Brasília, que achava Brasília a melhor cidade para se viver hoje no Brasil. Ele, por seu lado, me disse que não gostava da cidade, que isso aqui era muito isolado, muito quieto. Disse-lhe que, ao contrário dele, gostava muito

disso. Aí ele saiu, desceu e deu uma entrevista, dizendo que o Presidente da República se queixara com ele de que se sentia isolado no poder. O que, absolutamente, não é verdade, eu não me sinto isolado no poder, estou adorando o que estou fazendo. Eu gosto de ser Presidente da República. Abusam da minha paciência e depois contam histórias que não são verdadeiras. Na Presidência da República, estou tendo a oportunidade extraordinária de poder construir algo de novo no País.

*Entrevista concedida à jornalista  
Cristina Lamb, do jornal Financial Times, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF, no dia 4 de setembro de 1990.*

## VI Reunião Ministerial: 180 Dias de Governo

*Senhor Vice-Presidente,  
Senhores Ministros,  
Senhores Secretários,*

Completamos 180 dias de vigorosa, intensa e frutífera ação de governo. É momento de refletir sobre o muito que se fez, retomando nossos rumos, definindo as próximas etapas de modernização do Brasil e, sobretudo, reafirmando nossos ideais.

Mudanças profundas estão ocorrendo no País. Mudanças que correspondem a um projeto que nasceu do melhor berço democrático: as eleições livres de novembro e dezembro de 1989.

O Brasil que encontramos em 15 de março era um organismo doente. A instabilidade econômica, movida pelo processo aberto de hiperinflação, era nefasta às formas de convivência social, penalizava os mais pobres, e abalava a confiança nas instituições. Os indicadores sociais nos mostravam uma nação fragmentada, em que a injustiça era a norma. Não se encontravam mais os estímulos éticos, indispensáveis para reverter um quadro vergonhoso, em que a cena principal era o trágico sofrimento das crianças carentes. O modelo de desenvolvimento, além de socialmente perverso, não levava em conta as obriga-

ções de busca no equilíbrio ecológico. O Estado, gigantesco e inerte, era uma máquina de favores, que bloqueava o florescimento das forças sociais. Os brasileiros estavam céticos e pessimistas quanto a seu futuro. Na comunidade internacional, a confiança no País estava enfraquecida.

A sociedade fez nas urnas uma clara opção pelo verdadeiro projeto de transformação. As bases desse projeto são sólidas porque respondem ao desenho de uma nova consciência política do povo brasileiro, cansado de manipulações, de promessas falsas, de jogo de favores.

---

«As raízes das transformações  
estão implantadas.  
O futuro já começou.»

---

As mudanças que queremos inspiram-se nas etapas de inflexão da história brasileira, como as que ocorreram à época da Independência, que nesta semana comemoramos. A exemplo do que a Nação enfrentou em 1822, hoje, também, temos a obrigação de estar na vanguarda, inspirados pelos valores de nosso tempo. É o que pedem os brasileiros. Com a Independência, definiu-se uma nova relação do País com o mundo. As mudanças de hoje trazem novas relações do Estado com a sociedade, dos empresários com os trabalhadores, novas perspectivas para a presença internacional do País.

Queremos uma nova cidadania, a qual não vingará, se não cultivarmos os símbolos da Pátria, se não restaurarmos a força do civismo. No respeito à Bandeira, na emoção de cantar o Hino, delineia-se uma nova forma de confiança no destino do Brasil.

A vibração que pude presenciar na parada de 7 de Setembro, quando marcharam, lado a lado, civis e militares, é um admirável sinal de conagração e de fé no futuro do País.

O momento em que exaltamos os heróis da construção da nacionalidade e a restauração das virtudes do civismo é também

o momento de fazer o elogio do comportamento das Forças Armadas, que tenho conhecido de perto, em várias visitas a unidades militares. A lealdade, a disciplina, a dedicação fervorosa às causas nacionais são atitude notável, inspiradora, que merece o respeito de todos os brasileiros.

O projeto de um Brasil novo tem, como primeira característica, a abrangência de propósitos. Assim se tornava necessária a transformação política, para abater a apatia institucional e dar vigor ao processo de consolidação democrática. A transformação econômica era fundamental para estancar a crise econômico-financeira e estimular a criação da economia de mercado, competitiva, eficaz, moderna. A transformação social também exigia urgência para socorrer as carências maiores da população e reinscrever o País no universo das sociedades eticamente motivadas. Também importante a alteração da posição internacional do País, para que participássemos plenamente das decisões que afetam nosso futuro.

O desafio não era pequeno. A sociedade exigia respostas urgentes, como requisito imprescindível para a realização de uma grande nação, abrigo de um povo próspero, justo e feliz.

Tenho hoje a tranqüilidade de afirmar que as raízes das transformações estão implantadas. O futuro já começou.

As ações desencadeadas para cumprir o meu programa de governo surpreenderam pelo vigor, pela profundidade, pelo inesperado. A realidade repelia a timidez e a tibieza. A coragem de inovar e a obstinação de realizar eram demandas do tempo. Por isto, sempre pedi urgência, sacrifício, dedicação sem limite, de minha equipe de governo. Pedi também coesão, certeza dos ideais, disciplina e sinceridade no conselho.

É com alegria que agradeço aos Senhores Ministros, aos Senhores Secretários, a lealdade, a compreensão do sentido do projeto, a consistência nas ações, e, sobretudo, a eficácia. Estou honrado de tê-los em minha companhia na caminhada que iniciamos e que encontrará ainda grandes desafios. São servidores públicos exemplares e a construção da dignidade do povo brasileiro é a causa de todos.

Não quero fazer nesta sexta reunião ministerial um relatório elaborado do que foi a atuação do Governo nesses seis me-

ses. Haveria muito que referir em cada Pasta. Todos os ministérios e secretarias deram forte contribuição não só em suas áreas específicas de gestão. Mas, sobretudo, na criação de confiança nas instituições, que se reflete na certeza de que o futuro será melhor do que o presente, na liberdade de ter esperança.

A verdade política, que se implanta, é um dos fundamentos da realização democrática. Desvia o debate das questões menores e instaura a discussão programática como eixo da vida política. O comportamento do Executivo foi exemplar para banir do cotidiano os mecanismos do favorecimento e do clientelismo que impedem a construção da cidadania, porque frustram, na relação com o Estado, a afirmação dos direitos e a cobrança dos deveres. O Governo, legitimado pelo voto, pôde exercer o papel de liderança no processo de mudança do País porque houve e há perfeita coerência entre o projeto do candidato e a ação do Presidente.

---

«Precisamos de uma sociedade fortalecida, articulada e madura.»

---

As instituições se fortalecem. O Executivo mobiliza os processos de transformação. O debate parlamentar é intenso. O trabalho dos tribunais e do Ministério Público é contínuo. O jogo de pesos e contrapesos dos poderes, essência mesma da articulação democrática, está funcionando exemplarmente no Brasil. O País caminha serenamente para as eleições de outubro. Não existem mais ansiedades nem inquietações diante do calendário eleitoral.

A reforma do Estado prossegue. É elemento essencial da modernização brasileira. O enxugamento da máquina administrativa, a desregulamentação e a privatização abrem espaço para que o Estado comece a concentrar-se naquilo que lhe é próprio, como obras de saúde, educação, habitação, infra-estrutura.

A obstinação da atuação do Executivo é a determinação do momento, pois, na Presidência, aloja-se a primeira e maior responsabilidade pela condução do projeto de modernização do

Brasil. A liderança não significou, em nenhum momento, a ilusão da onipotência. Se o projeto é democrático, o Governo e a sociedade, em interação construtiva, são os motores das mudanças. Como já disse, o nosso governo é fruto da decisão da sociedade de mudar o Governo, para mudar o País.

Precisamos de uma sociedade fortalecida, articulada e madura, que tenha condições efetivas de apoio consciente e de crítica construtiva. Por meio de suas instituições, a sociedade está reagindo prontamente às ações do Governo. Falo das reiteradas manifestações de apoio de setores importantes ou de pesquisas de opinião, que se somam ao debate parlamentar e ao trabalho do Judiciário em diálogo harmônico e independente entre os poderes. O Estado deixa de ser o ator onipresente, ao qual a sociedade servia, e passa a servir o povo. Está aí um elemento central de nosso esforço, porque sabemos que não haverá Brasil moderno se não houver uma profunda reforma do Estado.

O processo de mudanças é avaliado e avalizado, a cada momento, pelo povo. É referendado pelo Congresso: é reconhecido em decisões do Poder Judiciário. Os poderes estão livres e trabalham em consonância com o momento. A democracia se consagra. Por isto, quero reconhecer, em cada parlamentar, a devoção à causa pública; em cada juiz, o sentido de equilíbrio, que permite balizar a lei com equidade, a força de permanência das normas com o dinamismo da sociedade brasileira agora. Legislativo e Judiciário, ao lado da sociedade, são as parcelas necessárias e indispensáveis da construção de um Brasil novo.

---

«A luta contra a inflação se ganha,  
no cotidiano, com a mudança  
de hábitos.»

---

As regras de mercado, da competitividade, da eficiência, passaram a valer plenamente na economia. A livre negociação salarial, a fixação, pelo mercado, da taxa de câmbio, a libera-

ção dos preços, a abertura comercial, a extinção das reservas de mercado, não são simples aspectos operacionais de um programa econômico. O que se pretende é a criação de uma nova mentalidade, de novas formas de convivência econômica. Para tanto, propus dois instrumentos legais com a certeza de que terão efeitos saneadores. O primeiro é a extinção do Imposto Sindical, que vinha concorrendo para profundas distorções nas relações trabalhistas no Brasil, atrelando-as a um paternalismo de Estado, desvirtuando a liberdade e a representatividade dos sindicatos. O segundo é a lei que defende a concorrência contra as manifestações oligopolistas e monopolistas. Já indiquei que assim se pretende resguardar os agentes econômicos e a população daqueles que querem ter lucros, mas não querem ter riscos.

Devemos ter plena consciência de que, em nosso Plano econômico, dois caminhos convergem, o das ações de curto prazo, de objetivos emergenciais, e as de longo prazo, que visam a uma revisão profunda da própria vida brasileira.

Nesse quadro, os resultados são palpáveis. A queda da inflação já é uma conquista. Conhecemos as estratégias para debelar definitivamente os seus males. Se ainda persistem as altas de preço em alguns setores, isto se deve a uma combinação perversa de uma memória inflacionária e da especulação de uns poucos. A memória se extinguirá. A inflação deixará de ser uma realidade do nosso dia-a-dia.

Aqueles que apostarem em ganhos artificiais, frutos da especulação e não do trabalho, serão penalizados. *Cairão com a inflação*. É também importante sublinhar que a vitória no controle inflacionário coincide com a destruição de dois tabus: o da necessidade de congelamento de preços e o da necessidade de contenção tarifária.

Enfim, deixamos de ser o País dos que «levam vantagens». Ganhará quem produzir com eficiência, com criatividade, com crença firme no futuro do País.

A luta contra a inflação se ganha, no cotidiano, com a mudança de hábitos. Quando apelo à população para que procure os preços mais baixos de cada produto, para que pechinche incansavelmente, estou pregando para que uma nova relação se estabeleça entre consumidores e vendedores. Uma relação que

tenha, da parte de quem produz e vende, um conteúdo de lealdade em relação a quem consome. Lealdade que se exprimirá sobretudo pelo equilíbrio nos preços e nos lucros. Não seremos mais o País dos lucros absurdos. Neste momento, em que parcela do 13º salário foi antecipada e o abono foi concedido, o meu apelo se renova a cada cidadão: poupe, só compre o essencial, pechinche. Cada gesto isolado é parte do combate à alta de preços.

Quero assinalar também o resultado notável expresso nos superávits fiscais, que demonstram claramente que, agora, o Estado dá o exemplo de contenção, de seriedade no combate à inflação. A revisão do Orçamento de 1990, a proposta orçamentária para 1991 e as metas plurianuais foram trabalho sério que dá ao Estado conhecimento realista sobre o que vai receber e sobre o que vai gastar. Volta a possibilidade de planejar e a crise fiscal será definitivamente superada. O superávit assinala, também, que a reforma do Estado é uma realidade mensurável. Os abusos e privilégios, capa visível da ineficiência, foram radicalmente abandonados. A austeridade transforma o Governo em fonte de inspiração para as profundas mudanças, necessárias à modernização do País.

---

«Se queremos competitividade  
e eficiência, devemos expor  
a produção brasileira  
à concorrência internacional.»

---

As radicais modificações do curso da gestão econômica, que trouxeram o saneamento das finanças e o controle pelo Estado, das políticas monetárias e fiscal. Materializaram-se em ganhos decisivos para a credibilidade internacional do País. Agora, estão postas, com êxito, as condições para negociações com os credores internacionais, sob o império da racionalidade.

As primeiras etapas dessas tratativas envolvem o Fundo Monetário Internacional e estão sendo realizadas com base em

uma capacidade negociadora reforçada pela nova realidade econômica, que permitiu, com conforto, que os resultados fossem absolutamente consistentes com as melhores expressões do interesse nacional.

O desenvolvimento exige, no Brasil, imenso esforço na área de infra-estrutura e na correção das disparidades regionais. Sanar suas deficiências e as fragilidades, abandonadas pelo Estado, que autodevorava os seus recursos, é requisito para uma economia sadia. Daí, o esforço que iniciamos para recompor as rodovias brasileiras, peça simbólica de um plano maior de completa revisão do tecido de vias de comunicação brasileiro.

A retomada das obras de Xingó é outro exemplo do reconhecimento das responsabilidades do Estado nesta matéria de infra-estrutura.

Aspecto central do atendimento às necessidades brasileiras na área do transporte é a reafirmação do Programa Nacional do Álcool, que se apoiará, agora, em pesquisas que garantam maior produtividade ao setor e à racionalização da utilização de seus subprodutos.

Celebramos novo recorde na produção brasileira de petróleo. A política de prospecção e aumento de extração continuará, porque sei do seu valor econômico e estratégico.

A definição das questões da energia no Brasil é necessariamente um processo abrangente e complexo. Assim, para termos o melhor planejamento na composição das fontes e das correspondentes formas de uso, estabeleci comissão da matriz energética, coordenada pelo Ministério da Infra-Estrutura. É passo inovador que trará conseqüências positivas para a saúde global da economia.

A atenuação das disparidades regionais está sendo objeto de atenção especial do Governo. Para tanto, determinei o lançamento das diretrizes de ação governamental para o Nordeste que, depois de debatidas, conformarão o programa de planejamento integrado para a região.

Não existe hoje desenvolvimento sem criação científica e tecnológica. O futuro de prosperidade com que sonhamos pressupõe a busca da vanguarda do conhecimento. Criamos progra-

mas especiais nesta área. Programas que aproximam a pesquisa pura da aplicação tecnológica, o cientista do empresário. A universidade estará integrada ao processo de desenvolvimento.

Quanto à informática, chave do progresso em nossos tempos, estamos criando condições para que a flexibilização da reserva de mercado seja a primeira etapa para sua extinção posterior. Abrem-se, agora, possibilidades de importação e de formação de *joint-ventures*, que ampliarão os benefícios concretos para a indústria e o usuário. A reserva de mercado não pode ser um instrumento útil de política econômica, sobretudo quando praticada com distorções cartoriais como ocorreu no Brasil. Se queremos competitividade e eficiência, devemos expor a produção brasileira à concorrência internacional. A nossa classe empresarial já demonstrou ampla capacidade de presença internacional.

---

«O engajamento é total na redenção  
do menor, que queremos ver  
na escola, com saúde, longe  
da droga e da violência.»

---

A injustiça social no Brasil não pode parecer um problema insolúvel. Os dados sobre mortalidade infantil, a evasão escolar e o analfabetismo; os números sobre a dissolução prematura dos laços de família, carências médicas, alimentares e a violência revelam o Brasil das realidades inaceitáveis. Esses fatos devem sensibilizar a consciência do cidadão. Nossa história social é um percurso de erros e de omissões das autoridades governamentais, de atitudes egoístas das elites e do descaso da sociedade. É uma história de equívocos que nos tornava alheios aos aspectos mais dolorosos de nossas vidas.

*Não somos mais omissos.* Se queremos transformar profundamente o País, é preciso conhecê-lo, em cada aspecto, em cada momento. Não temos medo dos fatos porque temos a coragem

de enfrentá-los. Não podemos continuar a ser o Brasil em que a imagem do desumano é a visão trágica de nosso cotidiano.

É hora de dar um basta. O Governo, o cidadão, as famílias, as organizações religiosas, os partidos políticos, os organismos representativos da sociedade, a imprensa, todos e cada um, temos responsabilidade na superação das formas vergonhosas do abandono, da miséria, da injustiça.

O programa de ação social do Governo está delineado e a prioridade absoluta é a criança. O engajamento é total na reeducação do menor, que queremos ver na escola, com saúde, longe da droga e da violência. Nosso empenho nasce da indignação com o que vemos nas cidades brasileiras e não admitirá adiamentos e delongas. Faço um apelo às autoridades estaduais e municipais a que participem de nossa luta. Não deve haver limites à cooperação quando está em jogo a salvação do menor.

O «Ministério da Criança» tem impulsionado a ação coordenada de todas as áreas governamentais pela criação de vida digna para as nossas crianças. O Programa Nacional de Alfabetização, a ser lançado amanhã, é um dos pilares da recuperação do menor e atingirá também o adulto analfabeto. Quem não lê terá sempre dificuldades e limites no exercício pleno da cidadania. O Plano é abrangente e, de forma descentralizada, mobilizará estados, municípios e entidades sociais, em verdadeira cruzada nacional.

Estamos enfrentando igualmente o problema da habitação popular, com um programa que já iniciou a construção de 200 mil casas. É esforço notável para as nossas atuais condições, mas ainda modesto, diante do enorme déficit habitacional. O programa de saneamento básico complementa outra condição indispensável do atendimento social ao povo brasileiro.

As ações na área da saúde têm modificado uma realidade deplorável, tanto pela precariedade e limitação dos serviços como pelas deficiências no atendimento. As distorções e entraves burocráticos — que fazem com que somente 30% de cada cruzeiro investido em saúde chegue ao usuário — combinam-se com a ineficiência, a falta de atenção em serviços a que o cidadão recorre. Mais leitos, mais responsabilidade, mais cuidado,

mais humanidade, têm sido as regras do comportamento do Governo na área de saúde, com reconhecido êxito.

Insisto em que o problema central é o da criança. Por isto, disse, ao instituir o «Ministério da Criança», a democracia é o universo das responsabilidades compartilhadas e não haverá responsabilidade mais nobre e mais clara expressão do bem comum, que a redenção de nossos menores. A proposta é a de libertá-los, de uma vez por todas, das formas de violência e do abandono.

A democracia supõe o acesso aos bens culturais, que são formadores da nacionalidade. O Estado não se omitirá nesta área, e delineará, com sentido moderno, políticas culturais que sirvam ao momento brasileiro.

---

«Nossa política externa não tem  
duas faces.»

---

A transformação da posição internacional do Brasil já está delineada. O primeiro passo foi superar a imagem negativa que passávamos à comunidade internacional. Não somos mais olhados como depredadores do meio ambiente porque o Governo adotou política tenaz de defesa ecológica e porque estamos na vanguarda da proposição de novos conceitos sobre cooperação internacional para salvar o planeta.

As revelações sobre a situação precária dos direitos humanos no Brasil eram recebidas como peças de acusação, como ameaça à soberania. Hoje, a causa dos direitos humanos é a primeira das causas do Governo. Denúncias de organismos internacionais ou de setores da sociedade brasileira desencadeiam a reação automática na apuração e elucidação exemplar dos fatos, no levantamento de responsabilidades, e na instauração dos meios de punir os violadores. As sociedades nacional e internacional sabem, agora, que aqui existem governantes atentos, res-

ponsáveis, dispostos a mobilizar as melhores energias da nacionalidade para debelar este drama do nosso dia-a-dia.

A nova realidade brasileira leva naturalmente, sem artificialismo, a que se modifique a própria imagem do País frente a seus parceiros. No intercâmbio diplomático, a confiança renovada no Brasil se converte em resultados concretos na área do comércio, do investimento, do diálogo político. O modo como se ouve a voz das autoridades brasileiras é diferente. A credibilidade do País assegura aos nossos interlocutores que, em qualquer área, o que prometemos é o que será feito e, com isto, negociações delicadas, como a dívida, ganham fluidez. Nossas razões são aceitas porque traduzem seriedade e consistência.

Ausentes as ambigüidades na ação externa do País, a imagem se reforça. A regra é hoje a transparência, a coerência entre a palavra e a ação, os propósitos unívocos nas relações bilaterais e multilaterais. O respeito ao Direito Internacional se soma à observância das prescrições constitucionais que obrigam à transparência e ao acompanhamento parlamentar da gênese dos compromissos internacionais. A política externa não tem duas faces. Não tem razões ocultas ou movimentos escusos, que devem ser superados e condenados se o objetivo é a construção de um mundo de paz. Não há paz sem confiança mútua. Não há paz sem verdade nos propósitos.

Os efeitos da reconstrução nacional dão, portanto, condições para que o Brasil desempenhe papel internacional mais ativo. Este papel tem um objetivo central, que é o da paz mundial. A paz é a vocação do País, que não cultivou inimigos, não se iludiu com os benefícios da confrontação, não pretendeu hegemônias e repeliu as crises internacionais desestabilizadoras. A paz é o terreno sólido em que se pode instaurar a cooperação entre os povos e governos, absolutamente indispensável no momento em que os laços da interdependência se fortalecem.

Sabemos hoje que acontecimentos distantes podem afetar diretamente a estabilidade econômica de nosso País. A atual crise do Golfo terá repercussões sobre a política energética mundial, especialmente sobre o mercado de óleo cru. Ainda impor-

tamos cerca de 50% do que consumimos de petróleo, o que me leva a advertir mais uma vez sobre a necessidade de poupar energia. Temos de evitar todas as formas de desperdício. Uma cidadania responsável conhece os rumos do bem comum e age em consequência. Assim, tenho certeza de que minha advertência encontrará a boa resposta da população brasileira.

Outro aspecto da crise no Golfo foi o da segurança de brasileiros que estavam em áreas de risco. A atuação do Governo foi rápida, segura, e, através de gestões diplomáticas, vem conseguindo êxito na retirada de nossos irmãos, sem que em nenhum momento se quebrasse a fidelidade inquebrantável ao sistema da Organização das Nações Unidas e suas decisões.

Os distúrbios da ordem internacional, sobretudo quando significam violação clara do direito das gentes, devem ser condenados para que a normalidade se restabeleça. A força das disposições das Nações Unidas é o caminho necessário para a reconstrução de um mundo que, até há pouco, prometia paz, harmonia, fundadas na vitória da democracia. O Brasil estará inflexivelmente do lado da ordem e do direito. Não conhecemos outras bases para o intercâmbio e o diálogo entre nações.

---

«Aceitar o entendimento é um  
manifesto de fé nos valores  
da democracia.»

---

Conquistamos, como governantes, o mais precioso recurso político, que é a confiança da população. Não por obra do acaso, não porque demonstramos boas intenções, não porque fizemos promessas extraordinárias. Conquistamos essa confiança pelo exercício da liderança, com sentido democrático; pela coerência do projeto político, sustentado por ações de governo convergentes no sentido da mudança; pela autoridade sempre empenhada na solução dos problemas, e inabalavelmente respeitadora do equilíbrio institucional; pelo exemplo de uma atitude mo-

ral no trato da coisa pública; e, sobretudo, pela sensação de que, de forma concreta, efetiva, o País começou a mudar.

É esta nova situação que me anima a voltar a pedir o entendimento nacional. Governo e sociedade têm que buscar pontos de apoio mútuo. Não há democracia sem liderança política. Não há democracia sem uma sociedade articulada e disposta ao diálogo.

O Governo quer o diálogo e está aberto às várias formas de entendimento com os partidos, os trabalhadores e empresários, com as organizações sociais. Do lado do Governo, o objetivo é invariável, o da busca de fórmulas e de alternativas, com humildade e compreensão recíprocas para que as transformações econômicas e sociais encontrem os caminhos ideais, mais positivos, mais imediatos.

Sei que o povo quer o entendimento e espera das entidades que o representam uma resposta afirmativa ao chamamento do Governo. Aceitar o entendimento é mais do que um gesto de maturidade política e de sabedoria cívica. *É um manifesto de fé nos valores da democracia.* Por isto, o Governo será, sempre, sobre qualquer circunstância, sobre todos os temas, um foco de proposições de diálogo. É assim que pratico a democracia, é assim que proponho rumos para o desenvolvimento nacional.

Sem o entendimento, a própria complexidade do nosso País dificultará a união de forças pela mudança. Quando completei cem dias de mandato, afirmei que precisávamos forjar uma grande aliança entre todos os brasileiros, usar a democracia e a liberdade para estabelecer uma corrente de solidariedade única, de consciência social, de profunda vontade de mudar que nos mobilizasse a todos. Os objetivos do entendimento não de ser compartilhados por todos os cidadãos. A democracia ganhará com isso. Renovo agora o meu apelo.

O povo tem confiança de que fará o País com que sonha. Um país que deixará para trás o gigantismo e a ineficiência do aparelho de Estado; a corrupção, os privilégios, a irresponsabilidade pública, as vantagens imorais, a inércia diante da tragédia social, a desesperança, a indiferença e a violência.

O País que queremos, e que está sendo construído, tem outros valores. É um país que se transformará com o apoio de uma sociedade fortalecida pela convivência democrática. Um país em que as instituições e os direitos do cidadão são respeitados; a liberdade e os direitos humanos são balizas para o comportamento das autoridades. A economia será próspera porque apoiada na livre iniciativa e no imenso potencial de mercado interno, revigorado por uma distribuição de renda que promova condições humanas de vida para os mais carentes. Com a competência, eficiência e produtividade prevalecendo, os salários serão justos. A estabilidade econômica será a norma e as preocupações ecológicas nortearão os esforços de crescimento. O império da lei e o civismo guiarão as ações de todos os brasileiros, na conquista inadiável da cidadania plena.

---

«Não há dúvida de que o futuro está  
desenhado. Somos uma grande nação  
em um grande momento  
de sua história.»

---

Estamos criando uma sociedade engrandecida por uma ética de solidariedade, em que as razões do bem comum se identificarão com as da justiça. O Brasil estará voltado para a cooperação internacional e para a paz mundial. Será uma presença cada vez mais importante na comunidade das nações.

Há momentos em que o destino dos povos muda. Foi assim em 1822, quando começamos a construção da nacionalidade. Hoje, a nacionalidade quer ser contemporânea de seu tempo e nova caminhada se inicia. O trabalho confiante, obstinado e incansável de suas lideranças e de seu povo fará da Nação brasileira um país justo e moderno. Com as transformações que vêm sendo adotadas a partir de 15 de março, não há dúvida de que o futuro está desenhado. Somos uma grande nação em um grande momento de sua história.

Lutamos pela felicidade e dignidade do povo brasileiro.  
Não há causa mais entusiasmante. Não há luta mais nobre.  
Deus nos ajudará a vencê-la!

*Discurso pronunciado por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
na VI Reunião Ministerial realizada no  
Palácio do Planalto, no dia 10 de setembro de 1990.*

## Lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

Reunimo-nos hoje para dar início ao efetivo cumprimento de um dos principais compromissos que assumi com a Nação: criar condições para um ensino básico moderno e para banir de uma vez por todas de nosso dia-a-dia a vergonha do analfabetismo.

Infelizmente, o Brasil nunca foi capaz de construir um sistema de educação que pudesse assegurar à maioria da população meios eficazes de conquista da plena cidadania. Nosso modelo educacional, com inúmeras distorções, contribuiu decisivamente para o agravamento dos contrastes sociais, para uma distância crescente entre as elites e o conjunto do País.

A história de nossa educação excluiu o povo e impediu nosso desenvolvimento integral. Não pode ir para adiante um país em que 20% da população com mais de 15 anos de idade não sabe ler e escrever, em que 40 milhões de brasileiros adultos têm menos de quatro anos de escolaridade, em que 80 milhões têm menos de sete anos. De cada cem crianças que ingressam na escola primária, apenas 22 logram concluí-la, e um número menor ainda chega ao estágio seguinte de ensino. Muitos desses brasileiros, apesar da passagem pela escola, permanecerão analfabetos por toda a sua vida.

---

«A democracia só se consolida onde as pessoas têm acesso à informação e ao conhecimento.»

---

A trajetória das poucas nações que lograram sair do Terceiro para o Primeiro Mundo indica claramente que um elevado padrão educacional constitui requisito indispensável para a superação do subdesenvolvimento. O abismo que nos separa da realidade da educação naqueles países reflete a grandeza e a importância do desafio que temos de enfrentar para corrigir esse que é um dos mais graves defeitos da via trilhada pelo Brasil.

As tarefas primordiais que temos hoje consistem precisamente na erradicação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. O país que não investe nessas duas frentes arrisca-se a ver inevitavelmente comprometidos todos os seus esforços de desenvolvimento, pois é o capital humano que assegura a mobilização das potencialidades de uma Nação.

A origem do analfabetismo pode ser encontrada no quadro sócio-econômico em que vivemos. Na distribuição de renda dramaticamente desigual e injusta. Mas o analfabetismo não é apenas consequência desse cenário lamentável, é também causa do atraso e obstáculo à mudança.

Precisamos aprimorar a democracia e sabemos que ela só consolida onde as pessoas têm acesso à informação e ao conhecimento; onde o homem dispõe dos meios necessários à formação de consciência crítica; onde o cidadão se sente habilitado a opinar e decidir sobre os diversos aspectos da vida nacional e internacional.

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania não é um produto acabado que o Governo entrega à sociedade. Trata-se de um projeto de mobilização do País para a vitória nessa guerra que nunca fomos capazes de vencer.

Lançamos agora uma estratégia que rejeita a cultura das dádivas do Estado e obedece a idéia democrática de que quem muda a Nação não é o Governo, mas sim o povo. Vamos fazer

um trabalho que leve em conta as especificidades de cada região, de cada estado e, por que não, de cada município. Vamos acabar com os procedimentos uniformes ditados de Brasília. Porque a realidade não é uniforme. Uniforme deve ser apenas a vontade de mudar, pois nenhum segmento da população brasileira pode sentir-se satisfeito com o que temos. Todos queremos um Brasil melhor, um Brasil novo.

---

«Até o final do Governo, é nossa meta reduzir em 70% o contingente de analfabetos no País.»

---

O caminho do debate descentralizado, da concepção e execução de um programa amplamente participativo, talvez não seja o mais fácil e muito menos o mais rápido. O passado deve ter-nos ensinado a desconfiar dos atalhos impostos que, com o argumento da urgência, nos fizeram andar para trás.

O caminho que escolhemos é o da democracia, e é nele que vamos permanecer.

O nosso programa de alfabetização será concebido, e depois avaliado, em assembleias municipais, estaduais e também em Assembleia Nacional. O município será a instância prioritária, pela proximidade com o indivíduo, pelo conhecimento mais direto das necessidades específicas e localizadas. Ao Governo Federal cabe convocar a participação solidária da Nação e trabalhar na compensação das disparidades e na otimização das relações institucionais e do emprego dos meios.

O programa já tem assegurados recursos suficientes, originados do Tesouro Nacional, do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação e do Banco Mundial.

Para se ter idéia da envergadura de nosso programa, convém registrar o comentário da direção geral da UNESCO, segundo o qual, pela abrangência de conceitos, pela dimensão do conjunto de beneficiários e pela perspectiva de continuidade no tempo, o programa brasileiro é o mais amplo projeto nacional

no âmbito do esforço mundial de alfabetização em que está envolvida aquela organização.

Até o final do Governo, é nossa meta reduzir em 70% o contingente de analfabetos do País. Daremos assim um grande passo para o cumprimento da previsão constitucional de acabar com o analfabetismo e de universalizar o ensino fundamental até 1998. Precisamos atacar o problema essencial da educação no Brasil, que é o problema do ensino básico. Proporcionar um mínimo de oito anos de escolaridade aos nossos jovens constitui hoje um imperativo de sobrevivência social e econômica da Nação. Estaremos condenados à estagnação e ao atraso se não iniciarmos imediatamente uma guerra total ao desconhecimento, uma guerra que modifique o perfil educacional da nossa gente, e que nos habilite a competir com sucesso no mundo além-fronteiras. Estamos começando pela erradicação do analfabetismo, e sabemos que há muito mais a fazer, se quisermos que esse esforço tenha conseqüências duradouras.

Para alcançarmos nossos objetivos, teremos de contar com a legitimidade e com a força provenientes do engajamento nacional. Teremos de revigorar a escola pública, provendo-lhe os instrumentos necessários ao desempenho de seu papel essencial e imprescindível. Teremos, ainda nessa ordem de máxima prioridade, de valorizar socialmente a missão do professor, daquele que se dedica, com abnegação e espírito humanista, ao preparo de nossas futuras gerações.

---

«Mais do que nunca confiamos  
no futuro.»

---

1990 foi declarado o Ano Internacional da Alfabetização. O mundo volta os olhos para a realização dessa tarefa vital à realização do homem.

No momento em que a democracia se generaliza como modelo político, em que a paz se afirma como regra da convivên-

cia entre os povos, em que o respeito ao meio ambiente se consagra como parâmetro do desenvolvimento, e em que a capacitação científica e tecnológica se destaca como fator determinante do progresso, a educação passa a ser uma base cada vez mais indispensável ao surgimento e consolidação de sociedades politicamente livres, economicamente avançadas e socialmente justas.

O Brasil está empenhado, com todas as suas energias, na cruzada pela modernização, pela prosperidade e pelo bem-estar. Mais do que nunca confiamos no futuro. Mais do que nunca acreditamos que iremos confirmar o nosso destino de grandeza, uma grandeza medida pela realização das mais legítimas aspirações de nossa gente, pela afirmação integral de suas melhores qualidades e pela participação mais intensa do Brasil na construção de um mundo de paz, bem-estar social, entendimento e solidariedade.

*Discurso pronunciado por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
no lançamento do Programa Nacional de  
Alfabetização e Cidadania, em Brasília, DF,  
no dia 11 de setembro de 1990.*

## Entrevista ao Jornalista Etevaldo Dias, do *Jornal do Brasil*, no dia 14 de Setembro de 1990

*Jornalista: Só em países ocupados militarmente, como a Alemanha do pós-guerra, a Cuba pós-revolução, houve retenção de depósitos bancários. O senhor estava respaldado em que para tomar essa medida?*

*Presidente: Nós tínhamos a convicção absoluta de que esse era o caminho correto. Até porque não havia outro. Além disso, tínhamos certeza de que perseverando nesse caminho iríamos atingir nosso objetivo. Finalmente, havia também muita confiança no entendimento que a sociedade teria da drasticidade das medidas que nós iríamos tomar.*

*Jornalista: Era então uma intuição de que isso podia e devia ser feito?*

*Presidente: Houve sim uma boa dose de intuição, mas, sobretudo, de conhecimento de como se cristaliza, de como se demonstra, na prática, o inconsciente coletivo da Nação.*

*Jornalista: Isso o senhor aprendeu durante a campanha?*

*Presidente:* Sem dúvida, muito. Eu diria que hoje, se há uma coisa em que eu sou especialista, é na natureza humana, no ser humano. Isso eu conheço bem, conheço profundamente. Isso vem muito da própria prática de sempre estar convivendo com muitas pessoas, e sobretudo com as pessoas mais humildes.

*Jornalista:* Mas não foi difícil, às vésperas da posse, tomar decisão tão drástica?

*Presidente:* Sim, mas a decisão não foi tomada às vésperas da posse. Foi difícil quando da formulação do Plano. Nós tínhamos mais ou menos delineado, no nosso programa de governo, bem antes da posse, pontos em que nos apoiariamos para substanciar o programa econômico. Aquela teoria, extremamente simples, de que os níveis de inflação são diretamente proporcionais à quantidade e ao excesso de moeda na economia é verdadeira. Nós sabíamos que tínhamos que tomar uma atitude forte para o enxugamento dessa liquidez — sem, naturalmente, retirar do cidadão uma propriedade sua. Nós apenas estabelecemos um prazo pelo qual, compulsoriamente, as pessoas ficariam impedidas de utilizar aqueles recursos para o seu consumo. Mas os recursos lá estão, depositados, rendendo juros e correção monetária, e estarão disponíveis a todos os seus proprietários — ou aos seus titulares — no momento oportuno.

*Jornalista:* O senhor esperava reações mais violentas? Quebra-quebra de bancos, por exemplo?

*Presidente:* Não. Nós esperávamos o que de fato aconteceu. Que naquele primeiro instante haveria uma redução brutal no nível de liquidez na economia, o que ocasionaria uma queda, também drástica, dos níveis inflacionários. Também esperávamos que isso pudesse causar alguma insatisfação, sobretudo — como aconteceu —, nas camadas mais abastadas da sociedade brasileira. Mas eles perceberam, apesar da insatisfação que tiveram — e que alguns ainda continuam a ter —, que o caminho passaria obrigatoriamente por esse enxugamento. O caminho para o equilíbrio do ajuste econômico, o equilíbrio da taxa inflacionária a níveis compatíveis com a taxa de crescimento que nós queríamos ter.

*Jornalista: As elites foram as que mais reagiram?*

*Presidente:* É verdade, a reação maior veio das elites. Exatamente daquelas elites que estavam acostumadas a somente ganhar dinheiro com a inflação. Houve, nos últimos anos, uma falta de exercício nos músculos da competitividade e da eficiência de muitos empresários. Então, eles não precisavam mais competir, eles não precisavam se tornar mais eficientes, porque eles ganhavam mais dinheiro com as suas atividades não-operacionais do que com as operacionais. Esses que estavam mal-acostumados sofreram e gritaram mais.

*Jornalista: Os banqueiros teriam sido os que reagiram mais fortemente?*

*Presidente:* Reagiram bastante. O sistema bancário reagiu, sobretudo uma ala, dentro do sistema bancário, que se acostumou muito a ganhar com a especulação. Alguns bancos tinham linhas para financiamento de novos projetos industriais, agrícolas, uma boa carteira de desconto com duplicatas. Mas outros não. Outros só faziam movimento nitidamente especulativo. E esses tiveram um baque muito grande. Mas, também aqueles industriais, que fazem parte dessa elite atrasada do Brasil — que graças a Deus é uma minoria —, reagiram fortemente. Apenas eles não tinham, como ainda continuam a não ter, canais muito fáceis para pressionar o Governo. Então eles ficavam sem ter como esperar, como faziam no passado.

*Jornalista: Por que sua agenda geralmente contempla poucos empresários?*

*Presidente:* É porque eles talvez saibam que para vir aqui e conversar comigo têm que tratar de questões que estejam relacionadas com o interesse público. Muitos que, em passado recente,

desciam em Brasília, e com muita constância aqui no Planalto, não vêm mais por falta de motivação. Eram aqueles que vinham pedir favores, a interferência do Estado, tratamento assistencialista. Eles sabem que hoje não existe mais esse veio correndo por aqui. Esse veio se esgotou.

---

## Estado e Empresa

---

*Jornalista: O senhor acha que havia uma relação excessivamente íntima entre empresários e o poder público?*

*Presidente:* Muito. Havia uma associação extremamente danosa ao interesse nacional. O Estado acobertava a ineficiência de setores importantes da economia nacional, com atitudes paternalistas, que eram bancadas pelo conjunto da sociedade. E esse preço desaguava no descontrole orçamentário e por aí na taxa de inflação. Então, essa associação, essa sociedade extremamente danosa deixou de existir. Agora, cada um tem que mostrar-se competitivo, tem que mostrar-se eficiente para poder sobreviver.

---

## Oposição

---

*Jornalista: Como o senhor vê a oposição hoje?*

*Presidente:* Eu acho, fundamentalmente, que as pessoas que fazem oposição ao Governo têm um ponto em comum: são todas pessoas extremamente mal-humoradas e de enorme baixoastral. Não tem um desses que faça uma crítica, e não faça essa crítica de uma forma esbaforida, raivosa, de mal com a vida, achando que tudo é um horror, pessimista. A gente olha assim para o sujeito e tem aquela carga pesada, negativa. O Brasil é outro. O Brasil é outro, meu Deus do céu. Será que não se po-

de conviver democraticamente? Todos são extremamente mal-humorados.

*Jornalista: O PT está sendo o grande partido de oposição?*

*Presidente:* Não vai nenhuma pretensão nisso, mas quem elege hoje a oposição é o próprio Governo. Quer dizer, quem escolhe quem vai fazer oposição ao Governo é o próprio Governo. Primeiro, porque a oposição é extremamente incompetente.

*Jornalista: Por quê?*

*Presidente:* Porque ela é tão incompetente que achou que falar do Governo, falar mal do Plano econômico fosse render votos. E todos aqueles que entraram nessa fieira achando que era um veio eleitoral, ao contrário, não tiveram chance. A cada dia que passa vão caindo nas pesquisas.

---

## Eleições

---

*Jornalista: Como é que o senhor entende a preferência do eleitor, hoje, para os candidatos mais conhecidos, exatamente o inverso do que ocorreu na eleição presidencial?*

*Presidente:* Isso é natural. Do mesmo modo que quiseram, naquela oportunidade, e não faz tanto tempo assim, um candidato novo, hoje, para contrabalançar, eles estão querendo candidatos com experiência, já com passagem no Executivo. Veja que os que estão na frente são os que já têm comprovação do que poderão fazer em função de terem ocupado já a governança de seus estados. Então eles querem agora contrabalançar. Não querem experimentar na dúvida, porque quando eles têm certeza de que um jovem é bom, como é o caso do candidato lá do Ceará, estão votando nele.

*Jornalista: E esse desinteresse dos eleitores pela campanha?*

*Presidente:* Isso é fruto da própria atuação da classe política. Isso não é sintoma, como querem alguns, de alienação da sociedade. Ao contrário, é a prova de que a sociedade está de tal maneira conscientizada que repele com o seu voto, sobretudo nessa faixa de Câmara Federal e Senado, a atitude de alguns parlamentares cujo mau exemplo dominou o conjunto. Então isso é uma resposta clara. É lamentável que isso aconteça, porque o índice de votos brancos e nulos vai realçar aqueles candidatos detentores dos chamados currais eleitorais, que nem sempre são os candidatos que primam, como nós desejaríamos, pela busca do interesse, pela busca do atendimento ao interesse público.

*Jornalista:* O senhor continua parlamentarista?

*Presidente:* Claro. Sempre fui.

---

### Parlamentarismo

---

*Jornalista:* E acha que o próximo governo já pode ser parlamentarista?

*Presidente:* Acho. Mas tudo vai depender das circunstâncias, do momento em que o plebiscito for realizado. É preciso que a sociedade confie no Congresso. Isso é fundamental. Porque no período de esclarecimento do que significa um sistema de governo e outro, isso tem que ficar muito nítido para a opinião pública. O sistema parlamentarista é um sistema, sem dúvida nenhuma, mais moderno, é o que dá maior equilíbrio, estabilidade política a um país, mas no sistema parlamentarista quem governa — diferentemente do presidencialista — é o Congresso, é o Parlamento. É necessário que quando isso estiver sendo levado à opinião pública, ela o reconheça: «Ah! É o Congresso»; ela então olhe para o Congresso e diga: «Puxa vida. Esse Congresso é bom. Isso aí realmente pode dirigir o País». Então essa é a realidade. O sistema parlamentarista será tão mais fácil de ser

implantado no País quanto maior for a credibilidade da instituição do Poder Legislativo no País.

---

### Poder Legislativo

---

*Jornalista: O senhor acha que o Congresso tem que passar por processo de modernização?*

*Presidente:* Tem que passar por esse processo, tem que haver uma autocrítica do Congresso Nacional. O Congresso Nacional tem que se examinar pelas vísceras. Isso é uma coisa com a qual tem que se tomar cuidado, porque, quando se faz alguma anotação sobre o comportamento do Poder Legislativo, diz-se: «Antidemocrático, contra a democracia, quer fechar o Congresso». Quer dizer, do Executivo fala-se o que se quiser e ninguém reclama. Quando se critica o Executivo está-se no exercício pleno dos direitos que a democracia nos concede. Agora quando você chega e faz algum comentário sobre a atuação do Legislativo, é uma coisa horrível. Mas a grande realidade é que o Congresso precisa passar por uma profunda reavaliação.

---

### Campanha Eleitoral

---

*Jornalista: Por que o senhor não está participando da campanha eleitoral?*

*Presidente:* Porque não fica bem. Dentre as atribuições de um Chefe de Governo, de um Chefe de Estado, não se inclui a participação no processo eleitoral. É preciso ter muito cuidado para se manter a isenção devida nesse processo, de modo a que, como nós estamos fazendo, o funcionamento da administração, em nenhum local, se verifique o Governo Federal e seus instru-

mentos atuando a favor de quem quer que seja. Aquele negócio: «Não! Liberou dinheiro para ajudar lá o candidato». Você não vê isso. «Liberou não sei o quê para isso». Nada. Até mesmo um programa de alimentação que nós temos — aqueles alimentos todos que estavam ao léu, apodrecendo, nós recolhemos, fizemos cestas básicas e ao invés de dar o dinheiro nós estamos distribuindo para a população do Nordeste. Até isso eu mandei fazer somente depois da eleição para não ter nenhuma conotação eleitoral.

---

## Inflação

---

*Jornalista: A inflação está no nível que o senhor esperava seis meses atrás?*

*Presidente: Em todos os pronunciamentos que fiz, pela campanha, eu disse que nos seis primeiros meses reduziria a inflação para cerca de 10% e que em um ano e meio eu teria essa inflação em 3%. Eu posso afirmar que daqui para o final do ano, daqui até dezembro nós teremos uma queda brutal na inflação. A inflação vai cair e com ela vão cair também todos aqueles que apostaram na volta da inflação.*

*Jornalista: Isso significa uma quebradeira?*

*Presidente: Eu não diria uma quebradeira, mas um ajustamento forte.*

*Jornalista: Recessão também?*

*Presidente: Veja que desde o Plano econômico se fala na questão da recessão. «Vai ser a maior recessão do País, uma recessão brutal, não sei o quê».*

*Jornalista: Depressão?*

*Presidente:* Primeiro era depressão. Aí não houve depressão. Depois era recessão. Não houve recessão. Esse pessoal, inclusive muitos economistas também extraordinariamente incompetentes, tamanha a deformação acadêmica deles, se equivocou. Todos eles participaram do Poder e do Governo, todos eles tiveram ao seu dispor mecanismos institucionais da legislação autoritária poderosíssimos e nenhum deles consertou a situação no Brasil. Ao contrário, agravaram a situação. São todos incompetentes. Têm que voltar a aprender aritmética. São incompetentes. Todos. Todos. Eu não estabeleço nenhuma exceção. Têm que calar a boca! Têm que calar a boca e aprender como é que age uma equipe jovem, movida pelo combustível do ideal, coisa que eles não têm. E eu não troco o ideal da minha equipe por um Ph. D que eles tenham conseguido, Deus sabe como, numa dessas universidades. E esses empresários que continuam pagando, em dólar, por esses relatórios inteiramente cheios de equívocos, eles têm que parar rapidamente de fazer isso. Se eles fossem competentes mesmo não teriam feito contratos em dólar. Teriam previsto a queda do dólar. Mas, ao contrário, acharam que o dólar ia estourar.

---

### Lucros

---

*Jornalista:* O senhor tem falado em margens de lucros excessivas praticadas por empresários. Dá para o Governo fazer alguma coisa para diminuir estes excessos?

*Presidente:* Claro que dá. Mas é sobretudo uma questão cultural. Quer dizer, as margens no Brasil são as mais altas do mundo. No Brasil se criou a consciência de que quem não lucrar 100%, é incompetente. Imagina. 100% por baixo. Em outros países, eles ganham na economia de escala, elas ganham com a maior produtividade. As margens são de 2, 3, 5%. Quando chega a 20% já é uma coisa, tem que ser uma atividade muito específica para dar isso. Então no Brasil o que nós pedimos foi

que reduzissem a sua margem de lucro. Nos contratos de trabalho celebrados, nos acordos que fossem celebrados, que dessem o reajuste, mas sem repassarem para o preço, retirando de seus lucros.

*Jornalista: Que instrumentos o Governo tem para agir?*

*Presidente:* Essa suave política monetária que está sendo conduzida pelo Ibrahim. Um dos pontos extraordinários do Plano foi que o Governo reconquistou a sua capacidade de planejar e reconquistou o controle sobre a política monetária. O Governo não tinha outros instrumentos. Hoje tem. A política monetária, que é o instrumento, que é o fole que injeta ou retira os recursos, e que baliza o montante, como quer a ministra Zélia, do M1 e do M4 na economia, essa política monetária é que vem sendo regida com maestria pelo Ibrahim. A dosagem dessa retração da base monetária quem vai dizer são os próprios agentes econômicos. Na medida em que nós já chegamos à conclusão de que eles não ficaram atentos à situação que nós estamos vivendo e não deram também importância ao nosso apelo, então vamos apertar mais a política monetária. Apertar mais a política monetária significa que teremos menos dinheiro. Ter menos dinheiro significa que o dinheiro encarece, ou seja, a taxa de juro é elevada. Vai chegar um momento em que eles vão estar em dificuldades.

*Jornalista: O senhor acha que eles têm repassado para os preços esses custos?*

*Presidente:* Têm repassado.

---

### Política Monetária

---

*Jornalista: Essa necessidade de um novo aperto monetário é resultado de se terem aberto torneiras demais?*

*Presidente:* Não. De jeito nenhum. A única surpresa que nós tivemos no que diz respeito à questão das torneiras, foi quando abrimos para os aposentados, permitindo que eles lançassem mão dos seus depósitos em caderneta de poupança e *overnight*. Nós nunca poderíamos imaginar que os saques chegassem ao montante que chegou, que foi de 4 bilhões de dólares.

*Jornalista:* *Então eles tinham mais dinheiro do que se esperava?*

*Presidente:* Mais dinheiro do que se esperava. Foi a única surpresa nossa. Mas o resto não. Tudo perfeito. O que está havendo, rigorosamente, agora, é essa conjugação extremamente perversa do resquício ainda da memória inflacionária associada à prática de certos setores da economia brasileira que não atentaram para o fato de que têm que reduzir as suas margens, têm que reduzir os seus custos, buscar a produtividade e se adequar aos nossos tempos. Então a falta dessa adequação, junto com esse rescaldo da memória inflacionária, é que está fazendo com que os preços não estejam caindo como deveriam estar caindo em função das políticas que estão sendo colocadas em prática. Ou seja, há uma completa falta de vinculação entre as políticas que nós estamos implementando e o comportamento da inflação. E por que isso? Exatamente por essa associação: então nós temos que dar um aperto monetário. E já estamos dando de uma forma paulatina.

---

### Política Salarial

---

*Jornalista:* *Qual é a política salarial ideal?*

*Presidente:* A política salarial é aquela expressa pelo entrechoque das livres forças de mercado. A livre negociação é fundamental para a modernização das relações capital-trabalho. Nós temos que retirar o Estado como eterno interveniente dessas negociações. O Estado não tem nada a ver com isso. Isso é uma questão do empregado e do empregador.

---

## Entendimento Nacional

---

*Jornalista: Por que é importante o Pacto Social?*

*Presidente:* Entendimento social. Entendimento social é importante porque nós precisamos tornar o programa econômico, aprovado nas urnas, operativo. Esse entendimento nacional está secundando o maior entendimento nacional, aquele que foi expresso pelas urnas em novembro e dezembro do ano passado. Esse é que foi o grande entendimento nacional, pela via democrática, pelo voto expresso nas urnas. Esse segundo momento do entendimento nacional é para nós tornarmos este programa operativo, com o menor custo social possível. Naturalmente, não está em debate a questão da privatização, porque a privatização foi aprovada pela sociedade. Não se trata de dar aos sindicatos dos trabalhadores rurais a condução do processo de reforma agrária, porque o projeto de reforma agrária que foi entendido como melhor foi este do atual Governo, e que foi expresso com clareza. Não se trata de manter a presença do Estado na economia, porque um dos temas primordiais foi o enxugamento da máquina burocrática, a reformulação do papel do Estado. Então é por isso que o novo entendimento, secundando o grande entendimento que foi o das urnas, é fundamental. O que está em jogo não é o Governo, o que está em jogo é o País.

---

## CUT

---

*Jornalista: O senhor descarta a participação da CUT nesse entendimento?*

*Presidente:* De maneira alguma. É absolutamente importante a participação, nesse esforço de entendimento, de todas as lideranças da sociedade civil. O papel dessa Central me parece relevante no movimento sindical, e por isso considero que não se deve prescindir de sua participação. Esse, aliás, foi o tema de

uma conversa muito produtiva que tive, esta semana, com o Prefeito de Campinas, Jacó Bittar, que é do PT. Não desejamos cooptar ninguém, qualquer entidade. O que pretendemos, no Brasil moderno que buscamos, é estabelecer um relacionamento atual, contemporâneo, que não priorize um princípio arcaico, segundo o qual «ser independente é ser contra». Esse é um princípio retrógrado. O que a sociedade deseja é que todos estejamos a favor do Brasil. É isso que pretendemos, com o entendimento nacional.

---

## Educação

---

*Jornalista: Por que ainda não tivemos uma revolução na educação como tivemos na economia?*

*Presidente:* Nós estamos fazendo seis meses e já temos esse Programa Nacional de Alfabetização, que é um programa — sem que eu faça nenhuma apreciação pessoal — que o próprio diretor-geral da UNESCO declarou não ter registro na história, tamanha a sua abrangência. Vamos reduzir em 70% o número de analfabetos ao final desse nosso período. Nós temos também que repensar a questão da universidade. Cerca de 70% dos recursos que nós temos para educação são canalizados para as universidades. Nós aumentamos o número de vagas em cerca de 600 mil, reduzindo os custos sem aumentar um centavo de custo.

---

## Poder

---

*Jornalista: O poder é solitário? O senhor não se sente mais só, depois de assumir a Presidência?*

*Presidente:* Outro dia eu estava aqui almoçando com um deputado e ele disse assim para mim: «Mas Presidente, não sei como é que o senhor vive aqui em Brasília, isso aqui é muito chato».

Aí eu falei: «Mas eu adoro Brasília, eu adoro Brasília exatamente por isso. Você vê esse planalto, você vê essa quietude, esse silêncio, você vê esse verde». Onde, no Brasil, você tem uma qualidade de vida melhor do que a de Brasília? Seus filhos...» «Ah, porque meus filhos não gostam». «Pois é, mas se você tivesse filho menor, você iria ver como Brasília é. Em Brasília você tem como estudar. Se você quiser almoçar em casa, você tem tempo para isso. Tem tempo para ler, você tem tempo para conviver com seus amigos. Eu adoro Brasília, eu gosto muito dessa cidade, e gosto muito desse silêncio». Aí ele chegou, desceu e quando chegou a imprensa disse que eu havia dito que o poder isola. Aí depois eu o secundeiei. Falei assim: «Olha, o poder isola, sim, mas me isola dos chatos». Realmente, a gente tem uma certa tranqüilidade. Eu só converso hoje com as pessoas que me são caras, as que são interessantes. O poder, fundamentalmente, me isola, sim, dos chatos.

*Jornalista: O senhor não se sente com menos amigos?*

*Presidente:* Não, de jeito nenhum. Eu me sinto muito bem. Quando eu convidei os diretores dos jornais para vir aqui, não sei quem perguntou: «Presidente, o Presidente Geisel disse que o poder para ele era uma questão de uma missão que ele nunca pediu, nunca quis, e não sei mais o quê. Depois, o Figueiredo disse que contava os dias para sair, que era uma chatisse. O Sarney disse que aquilo era horrível, que caiu no colo dele a Presidência, que ficava doente. E o senhor?» Eu falei: «Não. Eu adoro ser Presidente. Estou me sentindo muito bem como Presidente, estou adorando o que estou fazendo, estou me realizando. É exatamente gratificante, não tenho uma noite maldormida, não tive nenhuma gripe até agora, e Deus queira que eu não tenha. Estou me sentindo muito bem».

*Entrevista concedida ao jornalista  
Etevaldo Dias, do Jornal do Brasil, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF, no dia 14 de setembro de 1990.*

## Entrevista ao Jornalista Alon Feuerweker, da *Folha de S. Paulo*, no dia 14 de Setembro de 1990

*Jornalista: Presidente, nos primeiros seis meses do seu governo, a inflação baixou de 80% para um patamar de 10%. Mas ela resiste nesse nível, ou em torno desse nível. Para tentar derrubá-la ainda mais, a sua equipe econômica adotou uma política, que poderemos chamar de ortodoxa, do controle da moeda e de enjugamento da moeda. Isso, certamente, vai levar a uma retração das atividades econômicas, como está previsto inclusive na carta de intenções que foi assinada com o Fundo Monetário Internacional. Como conciliar essa retração da atividade econômica, que certamente vai gerar desemprego e, de certa forma, queda no salário, com o seu compromisso assumido durante a campanha com as parcelas mais pobres, com os descamisados?*

*Presidente: Em primeiro lugar, gostaria de reafirmar que o meu governo só terá sentido se, no final do meu período administrativo, conseguirmos, como haveremos de conseguir, reduzir, drasticamente, os nossos indicadores sociais, hoje vergonhosos, sob todos os aspectos. O objetivo de todas as ações que estamos agora empreendendo é exatamente o de minimizar as disparidades sociais, minimizar o sofrimento por que passa a imensa maioria da população brasileira, e darmos condições dignas de vida à nossa população. Não poderíamos atender a esse objeti-*

vo, sem que antes deixássemos de passar por um processo de profundo ajuste. São vícios, erros superpostos ao longo dos últimos anos, hábitos cristalizados, uma cultura inflacionária baseada no paternalismo, no assistencialismo, impregnada em setores importantes da população brasileira, que nos obrigaram e determinaram essa série de ações que estão hoje consubstanciadas no programa de ajustamento econômico. A retração que ocorrerá terá um efeito didático, porque, ao longo desses seis meses, demonstramos, de maneira clara e nítida, que o nosso programa seria implementado. Essa foi a determinação que saiu das urnas; o programa de governo não mais nos pertence, mas sim à sociedade brasileira, que o aprovou em duas oportunidades. E cabe a mim, como mandatário, fazer cumprir esse programa. Então, sinalizamos, ao longo desses seis meses, que o programa seria implementado, que estaríamos caminhando dentro dessas balizas que estabelecemos em conjunto com a sociedade; de que não deveriam apostar na volta da inflação; de que não deveriam voltar a apostar na ciranda financeira. E essa associação extremamente infeliz do resquício da cultura inflacionária com aqueles que estão trabalhando pela volta da inflação, porque acostumaram-se a ganhar dinheiro com ela, faz com que estejamos, vamos dizer assim, estacionados nesse patamar inflacionário de 10%. Quer dizer, o nosso objetivo é o que na campanha coloquei de uma forma clara, de nos primeiros cem dias reduzir a inflação ao nível de 10% ao mês e, nos primeiros 18 meses, ter essa inflação por volta de 3% ao mês. Para atendermos a esse segundo compromisso de redução de 10 para três, estamos enfrentando dificuldades em função dessa associação de fatores a que já me referi. Então, a política ortodoxa é a que se faz necessária neste momento. Não há de se buscar novos métodos nem inovar, nem coisa nenhuma. A única inovação que estamos fazendo é a de cumprir à risca o nosso programa econômico, coisa que em geral não era feita no passado. E essa retração que ocorrerá é didática, porque a inflação vai cair, e, com a inflação, irão cair também todos aqueles que jogaram contra o Plano, que jogaram a favor da volta do processo inflacionário. Não tenho a menor dúvida de que esses também serão muito penalizados com essa política de austeridade extrema no manejo da nossa política monetária.

---

## Política Social

---

*Jornalista: Desculpe-me insistir, Presidente, mas e as parcelas mais desfavorecidas da população?*

*Presidente:* É isso que estou dizendo. O objetivo maior do nosso governo, quer dizer, o nosso governo só terá sentido se conseguirmos atender a essas demandas sociais que são muito grandes, que são enormes, que são gritantes. Mas, a política social só se faz com dinheiro. Não se pode imaginar que possamos realizar uma política social ao nível do que o Brasil necessita se não dispusermos de recursos. Para dispormos de recursos, precisamos ter um orçamento equilibrado, precisamos ter uma reformulação do papel do Estado, precisamos ter as diversas políticas perfeitamente concatenadas com esse objetivo — política fiscal, política monetária, política industrial, política do comércio exterior, política de capacitação tecnológica, enfim, precisamos ter todas essas políticas trabalhando em conjunto, concomitantemente, de modo a que tenhamos os recursos necessários para atender a essas demandas.

O que estamos fazendo é exatamente, nesse processo de ajuste, proporcionar ao Estado condições de atender a sociedade nas suas demandas por saúde, por educação, por infraestrutura. Quando falo da reformulação do Estado, que precisamos diminuir o tamanho do Estado, alguns dizem: «Não, mas dessa maneira vai enfraquecer o Estado e o Estado é fundamental para capitanear qualquer processo de desenvolvimento de um País». E eu digo que, ao reduzir o tamanho do Estado, não quero enfraquecê-lo, quero fortalecê-lo. Enfraquecido ele está nesses dias, como nós o recebemos. Um estado gigantesco, ineficiente, e que apesar de gigantesco não retribuía à sociedade, sob a forma de bons serviços públicos, o imposto que a sociedade recolhia aos cofres do Tesouro. Por isso ele é enfraquecido, e pelo fato de ele não ter o respeito da sociedade, ele fica fraco.

No momento em que estamos reformulando o papel do Estado, tornando-o mais enxuto, mais ágil e mais eficiente, ele conseguirá atender a essas demandas da população na área social. E, no momento em que chegue uma dona-de-casa com o seu filho para fazer um curativo nele, ou que vá à escola e tenha giz, tenha a professora contente com o salário digno, o salário justo, e uma carteira onde ele possa se sentar para estudar, então, nesse momento, o Estado passará a ser respeitado, porque está cumprindo com o seu papel e, sendo respeitado, ele passará a ser forte. Então o objetivo e o sentido do meu governo são voltados para as camadas mais necessitadas da população. O meu governo só terá sentido no momento em que alcançarmos plenamente esse objetivo de atendimento às reivindicações sociais. Agora, para que cheguemos lá, e temos esse período de cinco anos de governo, é fundamental que façamos um ajuste econômico, que tenhamos um orçamento equilibrado, que tenhamos as nossas contas equacionadas, que tenhamos um parque industrial competitivo, que tenhamos as forças da modernidade atuando na sociedade como um todo, sem a interferência nefasta porque é assistencialista e paternalista, do Estado brasileiro.

---

### Programa de Governo

---

*Jornalista: Presidente, quais são, para o Governo, os limites dessa negociação, que já se chamou de Pacto Social, ou negociação nacional, ou o nome que se dê? Vamos supor que os empresários e os trabalhadores cheguem à conclusão de que, ao contrário de tudo que o seu governo tem feito, é necessário um reajuste automático de salários e controle de preços. Qual vai ser a posição do Governo diante disso?*

*Presidente: Veja bem, temos que ter parâmetros dentro desse entendimento, dentro dessa segunda etapa do entendimento, porque o primeiro grande entendimento havido foi o entendimento das urnas, o entendimento democrático das urnas. Pela primeira vez em 29 anos, a população compareceu para escolher*

não somente um Presidente da República, mas também um programa de governo. Ou seja, expresso nesse programa de governo o que a sociedade desejava como pauta do seu futuro. Esse é que foi o grande entendimento. Esse entendimento foi consagrado duas vezes nas urnas, em 15 de novembro e 17 de dezembro. Temos que, nessa segunda fase do entendimento nacional, tratar de operacionalizar o que já foi decidido pela sociedade: como operar, ao menor custo social possível, esse programa que já foi fruto de um entendimento nacional pela voz livre e soberana das urnas? Por exemplo: não pode ser objeto de discussão na mesa do entendimento nacional a reversão do processo de privatização, porque a privatização foi debatida, discutida, e foi um dos nortes da campanha, entendido e aprovado pela sociedade. Não podemos tratar da questão da redução do tamanho do Estado, não podemos, na questão da reforma agrária, encaminhá-la de maneira diferente dessa como estamos encaminhando. Vem sendo sugerido que se entregue o processo de reforma agrária aos sindicatos rurais para conduzi-lo. Não foi esse o projeto de reforma agrária que expusemos e que foi aprovado também pelas urnas. A questão da livre negociação, a liberdade do mercado, o fortalecimento da livre iniciativa, a economia de mercado também são postulados aprovados nesse amplo entendimento nacional nas urnas. Quanto a essa questão da desindexação dentro dessa liberdade que sempre pregamos, da economia e dos agentes econômicos e dessa modernização das relações capital-trabalho, essa livre negociação foi colocada pelo Executivo, aprovada pelo Legislativo, ratificada pelo Poder Judiciário da maneira mais livre possível. As instituições hoje estão funcionando de uma maneira absolutamente livre. A discussão, o debate estão cada vez mais acesos. Isso também não pode ser um tema para um ponto de discussão, porque isso já são matérias vencidas, a partir de um programa de governo que foi aprovado nas urnas e que se consubstanciou no primeiro grande entendimento. O que temos que fazer agora é operar esse programa econômico com o menor custo possível para a sociedade brasileira, e é isso que estamos tratando de fazer, convocando todas as forças da sociedade, de modo a que possamos ter um período de tranqüilidade que leve o Brasil do atraso em que ele se encontrava à modernidade que desejamos.

---

## Administração

---

*Jornalista: Presidente, o senhor vai reorganizar o seu governo em função dos resultados eleitorais? O senhor vai mudar quadros e pessoas na sua administração em função dos resultados eleitorais? O senhor vai adaptar o perfil da sua administração a esses resultados eleitorais, prestigiando os vencedores e, vamos dizer assim, afastando aqueles que não obtiveram o apoio das urnas?*

*Presidente:* Não, os vencedores já estarão prestigiados pela própria vitória que eles venham a conquistar. Do mesmo modo que na composição da minha equipe eu não conjuguei esse verbo «prestigiar» em função dos resultados, do ponto de vista eleitoral, mas pretigiar em função da capacitação profissional e do ideal que cada um carrega dentro de si, continuarei fazendo sempre, mesmo depois dessas eleições. Estou contente com o desempenho da equipe de governo. Sobre isso alguns diziam: «Não, mas a equipe do Presidente Collor deveria ser mais experiente.» Esses que advogam essa tese, no fundo, o que desejavam era a continuidade, porque experiência só podia ter aqueles que já serviram à burocracia estatal ao longo desses últimos anos. E também uma das minhas propostas foi exatamente a de renovar os quadros dirigentes do País, dando oportunidade a uma nova geração para que ela pudesse se afirmar, como vem se afirmando. Quer dizer, eram sempre as mesmas pessoas no passado que víamos ocupando cargos, saía de um cargo, ia para o outro, em rodízio. Hoje damos uma renovação bastante importante nos quadros dirigentes do País. E isso significa, portanto, que estamos renovando, estamos demonstrando que com essa nova equipe estamos tendo sucesso, estamos tendo êxito, e eu não perco em nenhum instante a oportunidade de manifestar o meu contentamento e a minha satisfação com a equipe que hoje me assessora na Presidência deste País.

*Jornalista: Então não haverá reforma ministerial depois das eleições?*

*Presidente:* Não, não haverá reforma ministerial depois das eleições.

---

## Publicidade Oficial

---

*Jornalista:* *Presidente, um assunto polêmico é a questão da publicidade do Governo Federal. Por que o senhor autorizou a contratação de publicidade no Governo Federal sem concorrência?*

*Presidente:* Quando assumimos o Governo, fui informado de que existia para este ano recursos da ordem de 500 milhões de dólares para investimento em publicidade. Um número que, no mínimo, eu diria exagerado para investir-se em publicidade. Nós estamos num período de absoluta contenção. Eu sou uma pessoa que deseja ter tudo absolutamente sob controle, até porque eu não fujo em nenhum momento à responsabilidade por tudo o que aconteça no Governo. A responsabilidade é minha. Eu mandei suspender todos esses contratos. Contratos, muitos deles, que vigiam há mais de 15 anos. Era mais um cartório que existia neste País. Quando se mexe numa caixinha preta como esta, muitos interesses ficam feridos. Então, determinei a transferência do assunto para a minha secretaria pessoal, no Planalto, porque é um assunto que eu conheço. Sou eminentemente uma pessoa de comunicação e conheço como essas coisas funcionam. E para evitar qualquer tipo de mal-entendido trouxe para cá e pedi que se formulasse uma nova concorrência pública, dando acesso a todas as agências que desejassem concorrer. E não como era no passado, em que meia dúzia de agências tinham as contas e sublocavam essas contas para agências menores que não tinham em nenhum instante oportunidade de mostrar o seu talento. Esse processo caminhou e aí começamos a receber... Algumas críticas foram feitas e então eu disse ao Dr. Cláudio Vieira que pedisse a essas pessoas que estivessem fazendo críticas que apresentassem as suas sugestões. E no começo elas diziam: «Não, não pretendemos apresentar nenhuma sugestão por-

que não concordamos com esse método.» E isso foi atrasando, então, a tal da licitação das contas. Mas, nesse meio tempo, tínhamos algumas campanhas para fazer. Tínhamos a campanha do Imposto de Renda, tínhamos uma campanha de esclarecimento de alguns pontos do Plano, tínhamos campanhas da caderneta de poupança, que havia sofrido bastante com a retração dos depósitos no início do Plano, tínhamos a própria questão dos derivados da PETROBRÁS Distribuidora. Então, dentro da lei, nós autorizamos, excepcionalmente, essas campanhas. E isso não quer dizer que aquelas agências que fizeram essas campanhas ficaram com as contas. Elas tiveram uma autorização específica para fazer aquela determinada campanha. E teriam que entrar, como todas as outras, com a apresentação das suas propostas, como de fato entraram há uma semana ou dez dias. Dentro disso tudo tem uma coisa que eu prezo bastante, que é a lisura da minha administração. Eu acho que toda crítica é válida, defendo isso. Ninguém mais do que eu foi atacado no decorrer dessa campanha eleitoral. Agora, no momento em que alguém divulga uma notícia induzindo o leitor a pensar que houve falcaturia numa atitude do meu governo, eu procuro os meios que a democracia me fornece. Eu me senti atingido na minha dignidade e na minha honra, e o caminho que eu segui foi o da Justiça. Encaminhei a questão, via Ministério da área, para que a Justiça esclareça. Dizer que eu estaria favorecendo uma determinada agência de publicidade, para pagar uma dívida de campanha de 60 a 70 milhões de dólares, é algo que significa um ataque à minha honra e à minha dignidade. E seria estranho se eu não agisse da maneira como agi. Temos todas as maneiras de demonstrar que isso não ocorreu. Achamos que houve um excesso e queremos tirar isso a limpo. Então, a Justiça, dentro das suas atribuições, ouvirá ambas as partes e decidirá normalmente. Isso já faz parte do próprio processo da vida democrática que hoje o País exercita.

*Jornalista: Presidente, só mais uma pergunta sobre esse tema: quais foram os critérios que presidiram a escolha dessas agências para essas campanhas em caráter excepcional?*

*Presidente: O Secretário Cláudio Vieira poderia expor melhor do que eu esses critérios, mas, sem dúvida alguma, o critério da*

confiabilidade, da competência, da urgência de que precisávamos e outros que talvez ele melhor do que eu possa colocar com precisão para você.

---

## Tecnologia

---

*Jornalista: Mudando de assunto, com a eclosão da crise no Golfo Pérsico tem havido uma série de críticas à atuação da indústria bélica brasileira, principalmente críticas no exterior. O senhor acredita que o Brasil deve prosseguir na fabricação de armamentos, deve estimular essa indústria bélica, inclusive para exportação, ou deve se retrair nesse campo?*

*Presidente:* Os países em desenvolvimento estão sofrendo hoje uma nova forma de colonialismo, que é exatamente o colonialismo da ciência, do conhecimento científico. Defendo a idéia de que o conhecimento seja patrimônio da humanidade e não um patrimônio individual do país que o tiver, que o detiver. Mais grave ainda é a situação daqueles em desenvolvimento que eventualmente tenham conhecimento científico e que tenham competitividade, e estão sendo impedidos pelos países desenvolvidos de dar conseqüência econômica a esse conhecimento. É o caso, por exemplo, do carro de combate brasileiro, o «Osório», que participou de concorrências internacionais na Arábia Saudita juntamente com carros de combate soviéticos, americanos, ingleses, franceses e italianos. Ganhamos todas as concorrências de que participamos. Mas uma mão invisível se colocou sobre o processo impedindo que o negócio se concretizasse. Uma venda de 2,2 bilhões de dólares. Sem falar nas dificuldades e constrangimentos que tivemos na venda dos aviões «Tucano» de treinamento, mas que conseguimos superar com muita dificuldade. Ou seja, a indústria bélica brasileira é uma indústria extremamente competitiva, que traz rendimentos para o País, mas tem um poder ofensivo mínimo diante do arsenal de que hoje dispõe os países desenvolvidos.

Outro dia aqui, numa entrevista concedida a um repórter de um jornal estrangeiro, ele disse: «Não, o Iraque conseguiu esse poder bélico graças ao Brasil». Isso é uma falácia, porque na relação do poderio das Forças Armadas iraquianas nós vamos ver que a participação de equipamentos brasileiros é de zero ponto alguma coisa. O que temos lá são aviões «Tucano», de treinamento, temos alguns blindados leves, «Cascavel», não sei sequer se temos o «Osório» lá, mas armas muito mais de defesa do que qualquer outra coisa. Quem armou o Iraque e essas outras potências bélicas emergentes não fomos nós, foram os países desenvolvidos, que estão fornecendo aviões com foguetes, com mísseis, com isso e com aquilo. O que o Brasil pretende, naturalmente, é ter um espaço para dar consequência econômica ao seu conhecimento científico e tecnológico. Evidentemente, nessa área militar, e nesses carros e aviões que são objetos de pouquíssimo poder ofensivo. Eles são muito mais defensivos do que qualquer outra coisa. E além disso o que nós pretendemos é acesso a novas formas de tecnologia, acesso a tecnologias, por exemplo, que nos permitam combater com mais eficiência a devastação que se verifica não somente no Brasil, mas em todo o planeta. Nós precisamos ter acesso a essas tecnologias, limpas, por exemplo, para que possamos reduzir o custo da preservação ambiental e da recuperação de áreas já devastadas.

---

### Avaliação do Governo

---

*Jornalista: Uma última pergunta, Presidente. A pesquisa Data-Folha indica que o seu governo é avaliado, depois de seis meses, como regular por 43% da opinião pública, como bom e ótimo por 34% e como ruim e péssimo por 20%. O que o senhor tem a dizer sobre esses números.*

*Presidente: Bem, números eu não discuto. Números eu aceito, sou uma pessoa que sempre respeitou muito e respeita as pesquisas de opinião pública. O Brasil está muito avançado nesse*

campo. Vejo nas pesquisas um retrato da situação atual e procuro, na leitura minuciosa e atenta depois do questionário, fazer uma avaliação pessoal de como estamos indo, onde precisamos melhorar e assim por diante. E eu acho que os números são positivos e nos apontam que deveremos perseverar nesse caminho.

Agora, quanto a essa questão da *Folha*, quando eu dirigi o jornal lá em Alagoas, meu pai me dizia uma coisa: «Olha meu filho, são duas coisas que você precisa aprender. A primeira delas é o seguinte: quando um jornal publica alguma notícia boa em relação a uma pessoa — a referência era mais em relação a políticos —, se numa coluna sai uma nota favorável, o político nunca vai agradecer ao diretor nem ao dono do jornal. Ele liga para o redator ou para o repórter e credita a ele aquela nota. Quando sai alguma coisa ruim numa coluna, a pessoa não é levada a reclamar do repórter e do redator, e sim do dono do jornal ou do diretor do jornal». E ele alertava: «Você precisa separar muito bem a questão pessoa física da pessoa jurídica. Não confunda essas duas entidades, pessoa física ou jurídica, porque isso retira de você a capacidade de análise e a capacidade de ação». Então em relação à questão da *Folha*, faz-se muita confusão... Isso é uma coisa absolutamente natural, absolutamente normal. Durante a campanha tive contatos muito produtivos com jornalistas que nunca mais vi, como os dois que cobriram a nossa campanha pela *Folha*, o Ricardo Amaral e o Mauro Lopes. Mas, enfim, foram companhias ótimas e conversávamos bastante sobre essa questão de que já naquela época o pessoal ficava querendo criar confusão, como querem criar confusão, por exemplo, com relação ao Congresso, ao Executivo e Judiciário. Quando o Procurador da República entrava com uma argüição contra, diziam assim: «É crise de poder. O Ministério Público contra o Governo». Quando o Supremo acatava uma ação: «Crise do Judiciário com o Executivo». Não existe crise nenhuma. O que está existindo é exatamente a vivência plena de cada um dos poderes nos limites das suas atribuições. Em nenhum momento, nem quando edito uma medida provisória: «Isso é contra o Congresso, evitando que o Congresso legisle». Não é nada disso. Cada um está cumprindo rigorosamente com as suas atribuições e nós temos que acalmar essa situação. Te-

mos que aprender a viver democraticamente. E em relação à *Folha*, sempre se criou isso. O pessoal diz: «Porque a *Folha* é isso, porque é o Collor contra a *Folha*, não é nada disso.

Eu racionalizo bastante bem todas essas questões. E não transfiro para pessoas nem para a instituição nenhum momento de incômodo que eventualmente eu sinta por uma crítica, que acho tenha sido injusta. Ao contrário, sei separar isso muito bem e convivo muito bem dessa maneira.

---

### Imprensa

---

*Jornalista: Para eu entender perfeitamente. Então o senhor está dizendo que esse contencioso não se dirige contra a pessoa jurídica do jornal. É um...*

*Presidente: Não. Nem contra as pessoas também. É isso que eu estou dizendo. Eu não transfiro isso. A recomendação do meu pai é a de nunca misturar essas coisas, nunca queira... no fundo o que ele quis dizer foi o seguinte: «Nunca guarde nenhum tipo de rancor nem de mágoa, em relação a coisíssima nenhuma. Procure sempre dividir bem essas coisas, fazer um divisor de águas, entender o que cabe a um veículo fazer como sua atribuição, às vezes pecando por excesso, às vezes por omissão. Procure entender isso, e jamais, se você foi atingido, ou por omissão ou por excesso, jamais estenda esse incômodo às pessoas que estejam formulando o jornal, nem ao próprio jornal. Então isso é algo que eu gostaria de deixar muito claro, porque sei que o meu funcionamento como pessoa não é o padrão. Eu não posso ser analisado com os mesmos olhos com que se analisa na área política os que aí estão, porque funciona diferente. Começa por aí, eu racionalizo absolutamente todas essas questões, não tenho mágoa, não guardo mágoa, não tenho raiva, não tenho inimigos nem quero constituí-los. Até porque, como eu disse, uma pessoa como eu que chega aos 40 anos de idade à Presidência da República, pelo voto direto como eu cheguei,*

sem apoio de nenhum desses estamentos, sabe conviver com uma confluência de fatores contrários.

Quem chega como eu cheguei, sem nenhum compromisso subalterno com quem quer que seja e está podendo realizar no Governo aquilo que sempre imaginou poder realizar, não tem direito de constituir nenhum tipo de inimizade.

Eu vou sair da Presidência com 45 anos de idade e, dentro da média da expectativa de vida que se espera para o brasileiro, poderei viver até os 60 anos, e não quero passar 25 anos da minha vida remoendo coisas. Quero poder andar pelas ruas normalmente, quero conviver normalmente com todos, sem carregar contenciosos, sem esse negócio de baixo-astral ou alto-astral. Tem gente que não consegue reciclar essas coisas, que acha que todo mundo só lhe quer fazer mal, que todo mundo é adversário, que ninguém gosta dele. Isso é horrível, isso é que dá esse tremendo baixo-astral, esse peso que alguns políticos carregam. Isso é horrível, isso é horrível. Então, esse tipo de coisa tem que ser deixada de lado, isso faz parte do dia-a-dia. Leio o resumo de todas as emissoras, dos principais noticiosos das rádios, depois leio todos os jornais, leio todas as revistas, leio o noticiário internacional e, além disso, ainda tenho no computador as manchetes e as matérias principais. Isso porque eu dou uma importância extraordinária à informação. Ela é fundamental.

O pessoal do Governo às vezes fica um pouco angustiado, porque sabe que de manhãzinha eu estou cobrando de todo mundo: «Vem cá, isto aqui, que carro é esse que estava ontem parado em frente a não-sei-o-quê? Quem fez isso? Chama o fulano. Não quero isso. O que é que houve?» Então o comandante vai, abre um inquérito. Todos sabem que diariamente eu faço essa cobrança e que ela precisa de resposta, que se tem que responder à imprensa. Às vezes fica até chato, porque as pessoas acham que a gente quer condicionar os noticiários. Não, não é isso não. O que queremos é esclarecer os pontos, não deixar nada sem explicação. Nada. Sempre procurar informar.

No que diz respeito a essa questão da *Folha*, eu gostaria de colocar a você, que tem a responsabilidade da direção de um jornal importante, que eu acho que cada um cumpre o seu pa-

pel. Acho que cada um tem que fazer aquilo que julga conveniente, cada um tem que dar a orientação que julga conveniente. Agora, as explicações, sempre que se fizerem necessárias, eu, como representante do Governo, como Presidente da República, eu procurarei dar, sempre. Tivemos um caso interessante agora, em Alagoas, onde tive que mover um processo contra um primo meu. O processo demorou dois anos, e acabou com sua condenação. Eu não fiz nenhuma força para que isso acontecesse. Mas é uma satisfação que a gente tem que dar, sobretudo no meu caso, porque eu não sou desse feitio, de certos políticos, sabe como é que é? Eu me sinto muito ofendido quando atacam a minha lisura. Quando são críticas procedentes, e muitas delas o são, a gente procura se corrigir, do ponto de vista administrativo, mas quando vem uma coisa contundente contra a honra e contra a dignidade, aí acho que qualquer um reagiria dessa maneira. Não é contra ninguém, mas é a favor da preservação da sua dignidade.

Eu sempre digo ao Cláudio Humberto: «Procura depurar isso, retirar qualquer caráter emocional, qualquer análise apaixonada, porque isso é perfeitamente natural. O jornal deve cumprir a sua linha editorial, porque tem os seus leitores, tem os seus assinantes, são assinantes e estão comprando porque gostam do jornal, porque entendem que a linha do jornal é correta; então o jornal tem que seguir a sua linha». A mim cabe, nesse caso específico, proteger-me da maneira que eu julgar adequada, para não deixar nenhuma dúvida, diante da sociedade, da lisura e da transparência com que faço absoluta questão de conduzir o meu governo.

*Entrevista concedida ao jornalista  
Alon Feuerwerker, da Folha de S. Paulo, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF, no dia 14 de setembro de 1990.*

## Entrevista à Rádio Deutsche Welle, da República Federal da Alemanha, no dia 21 de Setembro de 1990

*Jornalista: O que o senhor acha da reunificação das duas Alemanhas?*

*Presidente:* O processo de reunificação da Alemanha constitui um dos eventos de maior significado político no cenário internacional do pós-guerra. Pode-se, aliás, considerar que a reunificação — que constitui o resultado mais palpável do processo de distensão nas relações Leste-Oeste — representa um verdadeiro ponto final às seqüelas da Segunda Guerra Mundial.

O Brasil vê com grande satisfação que a reunificação se produza em um quadro de entendimentos absolutamente pacíficos entre todas as partes interessadas.

Acreditamos que a Alemanha reunificada representará um importante fator de aceleração do processo de integração econômica européia, bem como de intensificação da cooperação entre as Europas Ocidental, Central e Oriental.

*Jornalista: O que essa reunificação poderá representar para o Terceiro Mundo?*

*Presidente:* Tanto a República Federal da Alemanha quanto a República Democrática Alemã mantinham importantes programas de cooperação com países em desenvolvimento, embora com volumes de recursos e enfoques políticos distintos.

Esperamos que, a despeito dos vultosos recursos financeiros que deverão ser alocados às tarefas de modernização e reestruturação industrial do conjunto, a Alemanha reunificada continue a intensificar seus vínculos de comércio, investimentos e de cooperação científica e tecnológica com os países em desenvolvimento.

No caso específico do Brasil, assinalo que a República Federal da Alemanha, antes mesmo da reunificação, já ocupava o primeiro lugar entre nossos parceiros comerciais no âmbito da Comunidade Econômica Européia, sendo, igualmente, o segundo maior investidor externo.

*Jornalista:* Há várias interpretações para esse fato histórico, destacando-se entre elas a de que a reunificação coloca um ponto final em um capítulo da história, que é a guerra fria, e que as Alemanhas reunificadas poderão representar uma ameaça à paz mundial. Para o senhor o que a reunificação representará para a paz mundial?

*Presidente:* Conforme indiquei anteriormente, considero que a reunificação alemã representa o resultado mais marcante do processo de distensão nas relações Leste-Oeste.

Acrescentaria que assinala o início de uma nova fase nas relações internacionais, na qual a confrontação politico-ideológica cede lugar à cooperação e entendimentos em bases pragmáticas sobre ampla gama de temas.

Acredito que os compromissos assumidos pelas partes que integrarão a Alemanha reunificada no tocante à inviolabilidade das fronteiras acordadas no pós-guerra, bem como no tocante à redução de efetivos militares constituem demonstração cabal de seu desejo de contribuir para a manutenção da paz. E considero que é interesse da Alemanha unida trabalhar por uma Europa

cada vez mais integrada e voltada para uma interação harmônica e construtiva com todas as demais regiões do planeta.

*Entrevista concedida à rádio Deutsche Welle,  
da República Federal da Alemanha, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF, no dia 21 de setembro de 1990.*

## Entrevista ao Jornalista Thomas Kamm, do *The Wall Street Journal*, no dia 21 de Setembro de 1990

*Jornalista: Qual a mensagem que o senhor pretende levar aos Estados Unidos sobre o Brasil, na viagem que para lá fará ainda este mês?*

*Presidente:* Buscarei transmitir, fundamentalmente, a mensagem do que está ocorrendo hoje no Brasil, uma profunda revolução econômica e cultural. Essa foi a mensagem que a sociedade brasileira expressou nas urnas das últimas eleições presidenciais, e que está sendo consubstanciada na série de medidas que adotamos com vistas à estabilização da economia, passo inicial para a retomada do crescimento. Tudo isso desaguará numa política social rigorosa para corrigir as iniquidades hoje existentes.

---

### Inflação

---

*Jornalista: O senhor falou em derrubar a inflação, em eliminá-la, mas ela ainda está estável e até mesmo subindo um pouco.*

*Como o senhor pretende baixar mais a inflação, sem uma recessão profunda?*

*Presidente:* Com a adoção das políticas monetárias e fiscal que vêm sendo executadas. Saímos de um patamar inflacionário de quase 90% ao mês para cerca de 10%. Embora o índice ainda esteja elevado, isso já foi uma grande vitória. Há alguns pontos a considerar: tínhamos, para este ano, a previsão de um déficit público equivalente a 9% do nosso Produto Interno Bruto; com as políticas que praticamos, essa previsão passou a ser a de um superávit entre 0,5% e 1% do PIB. Estamos, também, reformulando o papel do Estado na economia, estamos iniciando um processo rigoroso de privatização. Enfim, estamos tomando todas as medidas necessárias para que esse projeto de ajustamento econômico, que visa fundamentalmente liquidar com a inflação, resulte vitorioso. Estamos no Governo há pouco mais de seis meses, muita coisa já foi feita, mas muito resta ainda a fazer. O trabalho é difícil, mas motiva-nos a certeza de que será recompensado com a vitória final sobre a inflação.

---

### Crescimento Econômico

---

*Jornalista:* Mas o senhor não tem medo de uma recessão mais profunda? Antes o senhor mencionou a preocupação com a política social. A situação não fica um pouco incompatível?

*Presidente:* Não, absolutamente não há incompatibilidade. Estamos promovendo essa profunda reforma econômica exatamente para obter resultados abrangentes na área social. O programa econômico não é um fim em si mesmo, o fim maior desse processo é o de dar ao Estado condições para o atendimento das demandas sociais. Meu governo só encontrará sentido quando conseguir, recuperando a credibilidade do Estado e obtendo a estabilidade orçamentária, atender a essas demandas sociais.

Quanto à questão da recessão, desde o início do programa se previa que pudesse haver uma depressão. Depois passou-se a

falar em recessão, mas até hoje, pelo que nós estamos podendo observar, é que nem uma nem outra coisa se verificou de forma bruta. O nível de emprego vem sendo recuperado. O que alguns definem como recessão, eu defino como acomodação, uma acomodação aos novos tempos em que estamos vivendo. Estamos saindo de uma economia centralizada, intervencionista, para uma economia livre. Estamos abrindo nosso mercado, estamos expondo as nossas indústrias, de uma forma gradativa, à competitividade internacional, estamos estabelecendo as condições essenciais para que o livre mercado possa operar. Liberamos os preços, estamos combatendo o processo inflacionário com os preços liberados em sua quase totalidade. Ou seja, a inflação está no nível em que se encontra, mas sem pressões reprimidas, sem artificialismo, porque estamos combatendo a inflação com políticas econômicas muito bem delineadas.

---

### A Crise no Golfo Pérsico

---

*Jornalista: A crise no Golfo Pérsico não poderia vir a agravar essa situação e ameaçar o Plano?*

*Presidente: A situação no Golfo nos preocupa bastante, porque muito mais do que afetar a economia brasileira ela afeta a estabilidade mundial. Isso é algo muito mais sério do que o eventual reflexo que possa ter sobre nosso programa de estabilização. Claro que esses eventuais reflexos sobre a situação interna nos preocupam, mas não tanto quanto a fissura que ela ameaça trazer à paz mundial.*

*Jornalista: Mas li ontem, num jornal, sobre o peso adicional de muitos bilhões de dólares (na conta-petróleo). Isso não é uma coisa que possa vir a ameaçar o Plano econômico?*

*Presidente: Ameaçar, não, mas cria dificuldades. Essa crise inspira a nossa capacidade criadora no enfrentamento e resolução de problemas.*

---

## Entendimento Nacional

---

*Jornalista: O senhor está propondo, agora, a formação de um pacto, de um entendimento nacional. Não compreendo exatamente o que seja esse entendimento; trata-se de uma acomodação entre o Governo, os sindicatos e as empresas?*

*Presidente: Bom, desde minha campanha para a Presidência da República advertia para o fato de que qualquer que fosse o eleito, ele não governaria com seu partido ou com um grupo de partidos, que ele só governaria, só conseguiria governar, se envolvesse todos os segmentos da sociedade nacional em torno de propósitos e metas muito bem delineadas. Daí ter lançado a idéia de se promover esse entendimento nacional, um fórum onde pudéssemos todos nos sentar sem recriminações mútuas, sem acusações históricas ou estéreis e sem qualquer tipo de predisposição contra «a» ou «b», pudéssemos encontrar, democraticamente, formas e fórmulas civilizadas de convivência, compatíveis com a democracia em que vivemos.*

*Jornalista: Mas, concretamente, o que significa isso nesse momento?*

*Presidente: Trata-se de um passo muito importante, na medida em que os espíritos ficam desarmados, em que todos ficam solidários em torno do Brasil — não em torno do Governo. Esse entendimento não significa, nem nós pretendemos, um apoio ao Governo. O Governo é muito pequeno diante da grandiosidade dos problemas e das necessidades do Brasil. Para a solução desses problemas e o atendimento dessas necessidades é essencial que todos os seus filhos estejam unidos em torno de pontos comuns.*

*Jornalista: Por exemplo?*

*Presidente: Por exemplo, o combate à inflação, a melhor distribuição de renda, a construção de um país socialmente mais jus-*

to. São questões que devem ser tratadas sem radicalismo de parte a parte. O importante é que todos esses temas sejam tratados livremente nesse fórum do entendimento nacional, para que possamos alcançar pontos de convergência sobre os tópicos que mencionei, em torno dos quais devemos estabelecer uma série de ações com eles conseqüentes.

*Jornalista: Mas o objetivo final não seria, por exemplo, um acordo para que as empresas não aumentem os preços e os sindicatos não reivindiquem novos aumentos salariais?*

*Presidente:* Nós temos no Brasil dois grandes obstáculos ao programa de estabilização econômica: de um lado, uma minoria que exerce o que chamamos de «capitalismo selvagem», de outro, a que exerce o «sindicalismo selvagem».

*Jornalista: O senhor se refere à CUT?*

*Presidente:* Eu me refiro a todos aqueles que são contrários a qualquer tipo de entendimento, e a CUT, agora, em sua última reunião, decidiu participar, está numa posição positiva e construtiva. Esses dois extremos a que me referi se merecem, são ambos nocivos ao processo de reconstrução nacional. Os que praticam o «capitalismo selvagem» continuam a insistir em margens de lucro excessivamente elevadas. Como se sabe, no Brasil, esses representantes do «capitalismo selvagem» acham que podem aplicar uma margem de lucro de 100%, e que fazer menos do que isso é ser incompetente. Da mesma forma, não podemos concordar com aqueles que, do lado do chamado «sindicalismo selvagem», querem a indexação de preços e salários, porque já ficou demonstrado no passado, na prática, que a indexação não garante a estabilidade da economia. Temos, portanto, que retirar desses dois segmentos essas idéias que tramam contra o interesse nacional e fazer com que um e outro cheguem à conclusão de que devem mudar suas posições. As margens devem ser reduzidas e a indexação esquecida. Se queremos uma economia moderna e competitiva, teremos que implementar a livre negociação. O ganho real de salário só pode se efetivar mediante ganhos de produtividade. Fora disso é uma ilusão imaginar-se que

possa haver uma real recuperação salarial. Este é um dos temas que, dentre tantos outros, eu espero possa ser analisado na mesa do entendimento nacional.

*Jornalista. Não haveria uma contradição na decisão da CUT de participar do entendimento e, ao mesmo tempo, propor a indexação?*

*Presidente:* Não, não é, porque se não houvesse essas posições discordantes não haveria a necessidade do próprio entendimento. O entendimento é para que aproximemos nossas posições. O que é fundamental é que pensemos um pouco no Brasil, no futuro do País, e não em questões pessoais, partidárias ou de grupos localizados.

---

### Dívida Externa

---

*Jornalista: O Governo dos Estados Unidos, os bancos credores e agora, um pouco, o FMI estão pressionando o Brasil para pagar uma parte de sua dívida ou pelo menos, uma parte dos atrasados, para que se volte à renegociação. O Brasil estaria disposto a aceitar isso?*

*Presidente:* Não é bem assim...

*Jornalista: Talvez no caso do Fundo Monetário Internacional seja um pouco diferente, mas os dois primeiros parecem estar pressionando...*

*Presidente:* O que o FMI está ponderando, e que nos transmitiu através de seu diretor, o Sr. Camdessus — e que é uma coisa absolutamente normal —, é que ele somente poderia fazer chegar nossa carta de intenções aos bancos credores quando sentisse a disposição do Governo brasileiro de iniciar a negociação com eles, através do Comitê Assessor. O Sr. Camdessus parece

refletir uma preocupação que o Fundo e alguns bancos tiveram quando iniciamos as conversas informais, com bancos em separado. Contudo, já dissemos que em momento algum pretendemos iniciar qualquer tipo de negociação que não seja pela via do Comitê Assessor. Apenas o que não podíamos deixar de fazer era deixar de atender às solicitações de alguns bancos credores que, independentemente do Comitê Assessor, desejavam conversar conosco. Naturalmente nós aceitamos, todos os que vieram aqui para conversar foram recebidos, com eles trocamos idéias. Mas isso não significa que em qualquer momento quiséssemos demonstrar um desprestígio do Comitê Assessor.

A questão da dívida externa deve ser reduzida à sua simplicidade. A dívida é um assunto que deve ser tratado entre as duas partes interessadas: o credor e o devedor. Da parte de quem tem a receber há o interesse de cobrar o máximo possível, no menor espaço de tempo; de quem tem que pagar pechincha o máximo possível, para pagar a menor taxa de juros e obter os maiores prazos. Isso é uma coisa que todos nós fazemos no nosso dia-a-dia. Estranho seria se fizéssemos de modo diferente. O que desejamos é uma negociação lúcida uma negociação consistente, que nos permita o cumprimento efetivo daquilo que assinarmos. Não nos interessa fazer como tantas vezes foi feito no passado, de assinar uma carta de intenções ao FMI para, dentro de uns poucos meses, não poder cumprir aquilo que se disse que iria cumprir. Para nós, esse não seria o caminho correto. Queremos fazer um acordo com os bancos credores, mas terá que ser dentro de bases que tenhamos a certeza de que poderemos cumprir.

*Jornalista: E quais seriam elas, exatamente?*

*Presidente:* Isso vai depender da negociação que será iniciada no próximo mês de outubro com os bancos credores. A condicionante essencial é que não podemos abrir mão de nosso crescimento econômico. Essa é a nossa tese principal, tese que está incluída em nossa carta de intenções ao Fundo Monetário que, pela primeira vez, a aceitou. Ou seja, o critério do respeito ao crescimento econômico foi examinado pelo FMI e considerado como algo procedente.

*Jornalista: Isso significaria limitar as possibilidades de pagamento?*

*Presidente:* Nós não podemos pagar além das nossas possibilidades, porque estaríamos, com isso, comprometendo nossa capacidade de pagamento do principal da dívida. Eu costumo comparar a situação do Brasil com a de uma empresa, que poderíamos chamar de «Brazilian Corporation». O que houve, fazendo um paralelo com a situação do País, é que nessa empresa foi eleita uma nova administração. Os acionistas reuniram-se e resolveram mudá-la. A nova diretoria decidiu vender ativos, restabelecer o orçamento e diminuir os gastos, enfim, tratou de prepará-la para novamente voltar a crescer e a dar lucro.

Há, em curso, uma grande negociação da «Brazilian Corporation» com seus bancos credores. Esses bancos não devem olhar para a empresa como se ela fosse ainda administrada pelo *board* que foi substituído e que a tinha levado à falência. O entendimento tem que ser feito com base no que está sendo feito pela nova diretoria que, desde que assumiu, está tomando as medidas corretas, está promovendo as reformas estruturais necessárias. Ou seja, estamos assistindo a um processo de recuperação que vai permitir que a empresa volte a se tornar viável e lucrativa. Não se pode, pois, exigir que a empresa tenha que pagar recursos de tal monta que inviabilize o sucesso de seu programa de recuperação. Foi essa a idéia que o FMI aceitou.

Os bancos, na negociação, não querem receber tudo. O que eles querem mesmo constatar é se a empresa foi mesmo recuperada e está em condições de voltar a crescer, de continuar pagando os juros sobre a dívida, de modo que possam vir, mesmo, a emprestar mais dinheiro à empresa. A eles não interessam asfixiá-la. Na nossa negociação esse é um ponto fundamental. Não se trata de saber quanto o País poderá crescer depois de pagar a dívida externa, mas sim o quanto poderemos pagar depois de garantido o nosso crescimento econômico. Creio que essa tese já foi perfeitamente assimilada não só pelo Fundo Monetário Internacional, mas também pelos bancos importantes entre os nossos credores.

*Jornalista: Mas o Brasil estaria disposto a fazer um pagamento agora, como querem o Governo dos Estados Unidos e os bancos?*

*Presidente: Vamos analisar, vamos discutir o assunto. Aliás, as negociações com os bancos serão exatamente para isso, para chegarmos a definições.*

*Jornalista: Sim, mas acho que o Governo dos Estados Unidos quereria um pagamento antes da negociação...*

*Presidente: Esse é um assunto que será tratado na negociação, é exatamente por isso que há a negociação. É aquilo que eu já disse, uns querem receber logo, no prazo mais curto, o máximo que puderem. Nós, por outro lado, queremos evitar pagar muito num prazo curto...*

*Jornalista: Mas o senhor não acredita que o FMI só liberará os recursos para o Brasil depois de feito esse pagamento aos bancos?*

*Presidente: Não, eu prefiro acreditar que o FMI vai liberar a verba antes mesmo de qualquer entendimento. Cada um deve ter sua visão e defender suas posições. Mas tudo vai depender, naturalmente, do andamento das negociações que serão iniciadas ainda no mês de outubro.*

---

### Venda de Armamentos

---

*Jornalista: O Brasil foi considerado um país pouco confiável na questão de vendas de armas a outros países. Depois das notícias sobre as atividades do Brigadeiro Piva, esse assunto volta aos noticiários. Gostaria de saber o que o Brasil pode fazer para garantir aos Estados Unidos que é um país confiável?*

*Presidente:* Veja bem, o Brasil não tem a preocupação de parecer confiável ao país «a», «b» ou «c». O Brasil tem a obrigação de ser confiável para sua população, tem a obrigação de ser um país digno, como está sendo hoje. Em relação à questão do Iraque, muitas coisas são ditas, mas poucas comprovadas. Se formos verificar, hoje, os armamentos de que dispõe o Iraque, veremos que zero ponto zero alguma coisa foi fornecido pelo Brasil: são aviões «Tucano», de treinamento, e algumas armas defensivas. Na verdade, quem armou o Iraque foram os países desenvolvidos. As armas químicas de que dispõe o Iraque não foram fornecidas pelo Brasil, também não o foram os caça-bombardeiros F-5. Naturalmente, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, e é muito fácil dizer que o Brasil é o culpado.

Sobre a questão do ex-Brigadeiro Piva, trata-se de oficial da reserva das Forças Armadas que constituiu uma empresa de consultoria técnica e através dela presta serviços ao Iraque, da mesma forma que ex-embaixadores e ex-secretários de Estado norte-americanos prestam serviços a diversas empresas. Essa é uma coisa na qual o Governo brasileiro não tem por que interferir, embora possa ter o direito de ver com muitas reservas esse tipo de relacionamento.

Confiabilidade, que é outro assunto que abordou, não se adquire, ou readquire, com discursos e sim com exemplos, com atos concretos. Por isso há essa confiança da sociedade brasileira quanto ao destino do País, porque muito mais do que discursos e promessas, estamos tomando atitudes conseqüentes no sentido de melhorar, de fazer com que o Brasil se transforme num país que tenha um norte definido, com bússola, um país com um governo que funcione, que trabalhe pela melhoria das condições de vida da população. É a partir da reconquista da confiança interna, que é a que nos interessa, que mostraremos ao mundo todo que o Brasil é um bom parceiro, que o Brasil é um país que se prepara celeremente para ingressar no Primeiro Mundo, cumprindo com seus acordos, demonstrando estar apto à competitividade e, sobretudo, mostrando-se conciliado com a comunidade internacional em torno de propostas que hoje são objeto de discussão e de análise no mundo inteiro, como a questão nuclear, a ecológica e a indígena.

---

## Supercomputador

---

*Jornalista: Como o senhor sabe, existe um movimento nos Estados Unidos contra a venda de um supercomputador ao Brasil e acho que contra a venda de combustível para foguetes, também. Eu gostaria de saber se o senhor pretende oferecer algumas garantias aos Estados Unidos de que esse material não vai acabar em mãos erradas?*

*Presidente: O que há, no Brasil, é que no passado e desnecessariamente, rotularam-se como «secretos» muitos empreendimentos. Não existe nenhum controle mais efetivo do que aquele exercido pela própria sociedade em relação a qualquer projeto do Governo. Então, revestiu-se de um manto de segredo — a questão da segurança nacional — atividades como a nuclear, que deveria, desde o início, ter sido colocada em debate perante a opinião pública nacional, de forma transparente. Esse foi um momento da história brasileira, e não cabe a mim tentar ou querer apontar culpados ou inocentes. Penso que hoje todas as atividades do Governo devem ter a maior transparência possível e ser do conhecimento da sociedade como um todo. Estamos, hoje, promovendo uma profunda reavaliação da questão nuclear. Já afastamos, de forma definitiva, a possibilidade da explosão nuclear, mesmo para fins pacíficos, pois não entendo como pode ser qualificada dessa maneira um teste de bomba nuclear.*

*Jornalista: Então, na área nuclear, o senhor quer acabar com esse programa chamado paralelo?*

*Presidente: Já afastamos definitivamente essa possibilidade. O nome de programa paralelo não me parece bom, porque tem a conotação de programa clandestino, de programa feito às ocultas. O que desejo é tornar nitido para a sociedade o que significa esse programa. Nosso objetivo é, eventualmente, dispor da energia nuclear — se essa for a conclusão dos estudos que esta-*

mos realizando, com vistas a uma profunda reavaliação do setor — para ser utilizada com fins medicinais, humanitários, nunca com fins destrutivos. Tudo o que estiver dentro dessa linha merece a nossa consideração. Essa profunda reavaliação a que me referi será feita da maneira mais aberta possível para a opinião pública. A fase armamentista já passou no mundo. Gastava-se somas brutais com armamentos enquanto não tínhamos recursos para evitar a mortalidade infantil e a devastação do planeta. Não há recursos, no mundo, para programas de alfabetização nas áreas mais atrasadas do planeta, mas pode-se acumular gigantescos arsenais atômicos, de mísseis. Eu me pergunto, o que vão fazer com essas bombas atômicas?

---

## Meio Ambiente

---

*Jornalista: Uma pergunta sobre o meio ambiente. O senhor nomeou Lutzenberger como Secretário do Meio Ambiente, mas especialistas falam que não vêem uma grande diferença entre o Brasil de antes e o Brasil de agora. O que o senhor quer fazer, além das ações simbólicas, para mostrar a preocupação com o meio ambiente?*

*Presidente: Há muito mais do que simbolismo, há uma decisão, um estado de espírito, um posicionamento muito claro em relação à questão do meio ambiente. Não é o simbolismo das ações somente que é forte, mas a determinação de uma política, que vem sendo exercida desde o primeiro dia de governo. Naturalmente é incômodo, para algumas pessoas, verem que a preservação ambiental vem sendo tratada pelo Governo brasileiro com muita ênfase. O Professor Lutzenberger é Prêmio Nobel Alternativo da ecologia e é reconhecido, não por mim, mas internacionalmente, em qualquer fórum em que se discuta a questão ambiental, como um homem entre aqueles que estão no topo dos topos da questão ambiental e ecológica. Nós deixamos aquela posição defensiva e muito acomodada de réus do proces-*

so e passamos para a vanguarda. Em relação à questão ecológica, o Brasil não tem nada a esconder, porque ao Governo brasileiro não falta a coragem necessária para enfrentar os problemas e dar-lhes soluções. Na Amazônia, por exemplo, nós temos 400 milhões de hectares de floresta e, desses 400, 40 milhões já foram devastados. Se não fossem as medidas que adotamos, essa devastação estaria continuando a uma razão de 4 milhões de hectares por ano.

*Jornalista: Quais as medidas?*

*Presidente:* Não somente tornamos mais dura a legislação, como estamos alocando material e equipamentos, como helicópteros para agilizar a ação do IBAMA. Essa atitude enérgica do Governo vem desestimulando, nessa fase inicial, os devastadores do meio ambiente de uma forma geral. Hoje mesmo é Dia Internacional da Árvore. E eu estarei assinando um decreto para preservarmos o restante da Mata Atlântica, uma mata que corria todo o litoral brasileiro e que fazia a beleza desse litoral: eram o mar, a montanha e a mata. A Mata Atlântica vem sendo devastada e hoje resta pouca coisa dela. Estamos, hoje, assinando esse decreto, impedindo a continuação, sob qualquer pretexto, da derrubada de uma árvore sequer. Da mesma forma, há dois meses, começamos o processo de recuperação de uma área de 250 km<sup>2</sup>, no Estado do Pará, com o plantio de *Pinus*. Em suma, temos duas atuações fundamentais na questão ecológica, no que diz respeito às florestas: primeiro, evitar a devastação; segundo, recuperar o que já foi devastado. Precisamos, no entanto, discutir isso sem incriminações mútuas. Precisamos sentar-nos todos à mesa para sabermos de que maneira cada um pode ajudar o outro.

*Jornalista: O Brasil precisa de fundos para isso?*

*Presidente:* O Brasil precisa de acesso à tecnologia que chamamos de «limpa», que nos permita atuar com mais eficiência no combate à devastação. Ela precisa ser oferecida a países como o Brasil. Nesse dia em que autorizamos o início da recuperação de uma área de 250 km<sup>2</sup> no Pará, nós também autorizamos a

constituição de uma Fundação Internacional para que todos aqueles que desejam participar do trabalho de evitar esse processo de dilapidação, por assim dizer, dos nossos recursos naturais, nos auxiliem.

A importância da Floresta Amazônica, é bom que se frise, além de inúmeros outros fatores, não está, como alguns pensam, no fornecimento de oxigênio à atmosfera, porque o oxigênio que ela coloca, ela necessita. A importância da Floresta Amazônica está no que tange ao clima, porque esse processo de pegar o gás carbônico, reciclar e jogar o oxigênio produz uma energia extraordinária. Para que se tenha uma idéia dessa energia, ela equivale, por dia, ao fornecimento de energia equivalente a vinte bombas atômicas de Hiroshima. É outro tipo de energia, mas com o mesmo valor, com a mesma força. Por que há uma preocupação maior com a questão da Floresta por parte dos países do Norte europeu? É porque, sem a Floresta Amazônica, esses países do Norte europeu não existiriam. Basta ver do outro lado do globo: exatamente antípoda à Europa do Norte está a Groenlândia, que é gelo. A importância da floresta tropical brasileira, dentre inúmeros motivos, fundamentalmente repousa no equilíbrio climático do planeta. E nós estamos numa luta sem trêguas para defender a nossa floresta.

---

### Integração

---

*Jornalista: A última pergunta, que é importante para os Estados Unidos. Fala-se muito agora da integração da América Latina, do Mercado Comum, e eu gostaria de saber se o senhor acha que isso é realista e qual a importância do Plano Bush para essa iniciativa?*

*Presidente: Sem dúvida, a integração latino-americana é um dos objetivos dos governos democráticos que se instalaram no nosso continente nos últimos anos. Em relação, por exemplo, ao Brasil e à Argentina, essa integração caminha a passos largos. Até*

o final de 1994, o Brasil e a Argentina estarão com os seus mercados inteiramente integrados. Isso significa sem barreiras, sem nada. Os produtos caminhando normalmente, como se fosse de um estado brasileiro a outro, de uma província argentina a outra. A partir dessa integração Brasil-Argentina, também se associará o Uruguai, posteriormente o Chile e o Paraguai. Ou seja, a integração latino-americana começa por onde não poderia deixar de ser, pelo Cone Sul. A iniciativa Bush está perfeitamente de acordo com essa intenção dos governos democráticos do nosso continente. Ela potencializa esse ideal de integração latino-americana. Foi muito bem recebida por todos nós, que desejamos lhe dar consequência prática, tão cedo quanto possível.

---

### Iniciativa para as Américas

---

*Jornalista: O senhor sabe, exatamente, o que é essa iniciativa?*

*Presidente:* Eu acredito que nem mesmo o Presidente Bush imagine o quão positiva é essa iniciativa, já que ele deixa inteiramente aberta qualquer possibilidade que possamos aventar. Assim foi o Plano Brady, que nasceu de um discurso. O México pegou pela palavra o discurso feito pelo Secretário Brady e tornou-o operacional. Eu me lembro de que, quando presidente eleito, em visita aos Estados Unidos e me entrevistando com o Presidente Bush, na presença do Secretário Brady, eu perguntei: «Mas Presidente, não há nenhuma intenção do Governo americano de melhorar um pouco o chamado Plano Brady?». Ele disse: «Presidente, posso lhe informar o seguinte: dentro de mais algum tempo o senhor vai ter uma surpresa agradável, porque vamos ter algo melhor do que o senhor diz, uma flexibilização do Plano Brady. Só não quero dizer agora qual é esse plano porque senão o Brady vai dizer que é o Plano Brady II, e eu quero que esse seja o Plano Bush». Meses depois, verificamos que essa «Iniciativa para as Américas» era aquilo a que o Presidente Bush havia se referido na reunião e que tem três

pontos principais: a questão da dívida, a questão comercial e a questão da integração. Nós queremos estabelecer por qual desses pontos poderíamos começar, e para isso já houve uma reunião entre os chanceleres do Brasil, do Uruguai e da Argentina visando apresentar uma proposta concreta ao Governo americano.

*Jornalista: Essa proposta será apresentada dessa vez?*

*Presidente:* Não, essa primeira reunião foi realizada aqui no Brasil nos dias 1º e 2 de setembro. Posteriormente a proposta será levada ao Governo americano, para que seja analisada e estabelecida a forma de colocar em prática essa iniciativa do Presidente Bush.

*Entrevista concedida ao jornalista  
Thomas Kamm, do The Wall Street Journal, por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
em Brasília, DF, no dia 21 de setembro de 1990.*



## **Série Diretrizes para um Novo Brasil**

- 1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia**
- 2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado**
- 3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador**
- 4. Crianças, o Desafio Maior**
- 5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira**
- 6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida**
- 7. Educação e Cidadania Plena: um Projeto Brasileiro**

ESTA OBRA FOI COMPOSTA  
E IMPRESSA PELA  
IMPRESSA NACIONAL,  
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,  
70604 BRASÍLIA, DF,  
EM FEVEREIRO DE 1991, PARA  
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,  
COM UMA TIRAGEM DE  
5.000 EXEMPLARES

---

**“Infelizmente, o Brasil nunca foi capaz de construir um sistema de educação que pudesse assegurar à maioria da população meios eficazes de conquista da plena cidadania.”**

**Presidente Fernando Collor**

---

